PERFIS DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO AMAPÁ 2022





REGIÃO TURÍSTICA VALE DO JARI





FICHA TÉCNICA

CONSELHO DELIBERATIVO DO SEBRAE/AP

Presidente do Conselho Deliberativo

Luiz Iraçu Guimarães Colares

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente Waldeir Garcia Ribeiro

Diretora Técnica

Marciane Costa do Espírito Santo

Diretor de Administração e Finanças

Marcell Houat Harb

Gerente da Unidade de Atendimento Coletivo - Comércio e Serviço

Maria da Conceição Mira dos Santos Filha

Equipe Técnica

Lindeti Góes Ferreira – **Gestora da Atividade AP – Atendimento Territorial – Cadeia do Turismo**Tatiane dos Santos Negrão - **Assistente da Atividade Cadeia do Turismo**

Consultoria

Cálidon Costa da Conceição – APRI Empreendimentos e Consultoria

2022, SEBRAE/AP

Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Amapá
Todos os direitos reservados. A produção não autorizada desta publicação, no todo ou em partes,
constitui violação dos direitos autorais (Lei n° 9.610)





Mensagem dos Diretores

O turismo apresenta uma série de atividades que podem ser observados em diversos setores sociais e econômicos, e ele atua diretamente atrelado ao desenvolvimento de cidades e regiões. O turismo além de possibilitar ao destino crescer economicamente, auxilia no desenvolvimento social e sustentável, envolve a capitação de recursos, gera novos negócios e empregos, ampliação da produção de bens e serviços, propiciando ao destino obter melhorias em seus mais diversos setores. Em suma o turismo é uma atividade econômica que desencadeia mudanças e transformações no local em que se desenvolve.

O Sebrae Amapá por entender que o turismo é uma cadeia impulsionadora de desenvolvimento social e econômico tanto para municípios, regiões e o estado, apresenta com satisfação o Estudo dos Perfis das Regiões Turísticas do Estado do Amapá - Edição 2022, material rico e valioso com informações relevantes acerca do turismo regional e local.

Cada perfil contempla: painel de indicadores por região, dados populacionais, econômicos, hospedagem, quantidade de empreendimentos registrados por segmentos turísticos, empregos gerados, situação dos meios de hospedagem, origem dos visitantes, cadastro dos prestadores de serviço, taxas de ocupação, média de permanência, perfil dos visitantes, vias de acesso, atrativos turísticos, Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU, dentre outras informações relevantes para o turismo do Estado.

A adoção da política de regionalização, nas quais estão contempladas as regiões turísticas do Amapá, está embasada nas recomendações do Ministério do Turismo como forma de descentralização da atividade turística, proporcionando maior protagonismo das regiões com apoio institucional das Unidades Federativas, tornando-as em Instâncias de Governanças Regionais de Turismo.

Os municípios que compõem as regiões turísticas que fazem parte do Mapa do Turismo Brasileiro, foram indicados pelos órgãos estaduais de turismo em conjunto com as instâncias de governanças regionais, a partir de critérios pré-estabelecidos pelo Ministério do Turismo, por meio de legislação vigente e do Programa de Regionalização do Turismo.

O recorte territorial deste estudo, ocorreu a partir da seleção prévia das regiões turísticas existentes no Estado do Amapá. As regiões elencadas foram aprovadas e validadas no Fórum Estadual de Turismo, pelos seus membros efetivos que são os gestores públicos e privados do turismo local, regional e estadual, com anuência do Ministério do Turismo.

Dessa forma, O Mapa do Turismo Amapá estabelece 5 (cinco) regiões turísticas no estado apresentada neste estudo, que são:

REGIÃO TURÍSTICA CABO ORANGE REGIÃO TURÍSTICA DOS LAGOS E POROROCA REGIÃO TURÍSTICA MEIO DO MUNDO REGIÃO TURÍSTICA TUMUCUMAQUE E CACHOEIRAS REGIÃO TURÍSTICA VALE DO JARI

Assim, essa entrega reveste-se de grande relevância por disponibilizar dados para subsidiar o planejamento e a criação de estratégias para o desenvolvimento do turismo no estado do Amapá. É a contribuição do Sebrae/AP para parceiros, clientes e sociedade em geral. Esperamos que seja muito útil!







Luiz Iraçu Colares
Presidente do Conselho Deliberativo



Waldeir Garcia Ribeiro Diretor Superintendente



Marciane Costa do Espírito Santo Diretora Técnica



Marcell Houat HarbDiretor de Administração e Finanças





LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do estado do Amapá	11
Figura 2: Mapa do Turismo Amapá	
Figura 3: Mapa da Região Turística do Vale do Jari	21
Figura 4: Elementos do Sistema Turístico	
Figura 5: Sistema Territorial Turístico	
Figura 6: Mapa de localização do município de Laranjal do Jari	39
Figura 7: Painel de Indicadores da Região Turística Vale do Jari	82
LISTA DE GRÁFICOS	
	45
Gráfico 1: Percentual de participação no Cadastur por estado na Região Norte do Brasil	45
LISTA DE TABELAS	
Tabela 1: Dados populacionais dos municípios da Região Turística Vale do Jari	27
Tabela 2: Identificação pontuais dos municípios da Região Turística Vale do Jari	28
Tabela 3: Dinâmicas Socioculturais dos municípios da Região Turística Vale do Jari	28
Tabela 4: Educação	29
Tabela 5: Dados econômicos dos municípios da Região Turística Vale do Jari	30
Tabela 6: Hospedagem nos municípios da Região Turística Vale do Jari	
Tabela 7: Ranking Nacional de Registros no Cadastur	42
Tabela 8: Número Registros no Cadastur nos estados da Região Norte do Brasil	
Tabela 9: Número de empreendimentos registrados no Cadastur por tipo de segmento turís município de Laranjal do Jari	
Tabela 10: Índice de Bem-Estar Urbano	
Tabela 11: Número de empregos vinculados as Atividades Turísticas nos municípios do Es	
Tabela 12: Número de estabelecimentos vinculados as Atividades Turísticas nos municípios d	
do	
Tabela 13: Percentual de participação do número de estabelecimentos nas Atividades Ca	racterí-
sticas do Turismo – ACTs no município de Laranjal do Jari em relação ao estado do Amapa	
Relação a Região Turística Vale do Jari nos anos de nos anos de 2010 a 2020	
Tabela 14: Percentual de participação do número de empregos nas Atividades Característ	
Turismo – ACTs no município de Laranjal do Jari a em relação ao estado de Amapá, e em F a Região Turística Vale do Jari nos anos de 2010 a 2020	53
Tabela 15: Percentual de participação do número de estabelecimentos nas Atividades Ca	
sticas do Turismo – ACTs no município de Vitória do Jari em relação ao estado do Amapa Relação a Região Turística do Vale do Jari nos anos de nos anos de 2010 a 2020	
Tabela 16: Percentual de participação do número de empregos nas Atividades Característ	
Turismo – ACTs no município de Vitória do Jari em relação ao estado de Amapá, e em Re	





Região Turística do Vale do Jari nos anos de 2010 a 2020	55
Tabela 17: Meios de hospedagem que possuem ou não CNPJ (Cadastro Nacional de Pes	ssoa
Jurídica)	
Tabela 18: Tempo de Atividade dos Meios de Hospedagem	57
Tabela 19: Número total de empregados que trabalham nos Meios de Hospedagem visitados.	
Tabela 20: Situação dos Meios de Hospedagem cadastrados no CADASTUR - Sistema de Ca	ada-
stro dos Prestadores de Serviços Turísticos	58
Tabela 21: Possuem ou não possuem WhatsApp	59
Tabela 22: Tipos de Meios de Hospedagem	59
Tabela 23: Número total de UH's (quartos, apartamentos)	60
Tabela 24: Leitos	60
Tabela 25: Número de UH's adaptadas para Pessoa com Deficiência (PcD)	61
Tabela 26: Atendimento ao público em língua estrangeira	61
Tabela 27: Taxa de ocupação durante o ano (%)	62
Tabela 28: Taxa de ocupação em alta temporada (%)	62
Tabela 29: Origem dos visitantes do estado do Amapá	
Tabela 30: Origem dos visitantes nacionais	64
Tabela 31: Origem dos visitantes internacionais	65
Tabela 32: Gênero do Visitante	65
Tabela 33: Média de dias hospedados	66
Tabela 34: Média de valor da hospedagem	66
Tabela 35: Meios de hospedagem que possuem ou não CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica)	67
Tabela 36: Tempo de Atividade dos Meios de Hospedage	67
Tabela 37: Número total de empregados que trabalham nos Meios de Hospedagem visitados	68
Tabela 38: Situação dos Meios de Hospedagem cadastrados no CADASTUR - Sistema de Ca	ada-
stro dos Prestadores de Serviços Turísticos	68
Tabela 39: Possuem ou não possuem WhatsApp	68
Tabela 40: Tipos de Meios de Hospedagem	69
Tabela 41: Número total de UH's (quartos, apartamentos)	69
Tabela 42: Leitos	70
Tabela 43: Número de UH's adaptadas para Pessoa com Deficiência (PcD)	
Tabela 44: Atendimento ao público em língua estrangeira	70
Tabela 45: Taxa de ocupação durante o ano (%)	71
Tabela 46: Taxa de ocupação em alta temporada (%)	71
Tabela 47: Origem dos visitantes do estado do Amapá	72
Tabela 48: Origem dos visitantes nacionais	72
Tabela 49: Origem dos visitantes internacionais	73
Tabela 50: Gênero do Visitante	73
Tabela 51: Média de dias hospedados	74
Tabela 52: Média de valor da hospedagem	74
Tabela 53: Hospedagem nos municípios da Região Turística Vale do Jari	75





Tabela 54:	Meios de Hospedagem que possuem ou não CNPJ	.75
Tabela 55:	Total de pessoas que trabalham no meio de hospedagem	.76
Tabela 56:	Situação dos meios de hospedagem	.77
Tabela 57:	Taxa de ocupação durante o ano	.77
Tabela 58:	Taxa de ocupação em alta temporada	.78
Tabela 59:	Origem dos visitantes do estado do Amapá	.78
Tabela 60:	Origem dos visitantes nacionais	.79
Tabela 61:	Origem dos visitantes internacionais	.80
Tabela 62:	Gênero dos visitantes	.80
Tabela 63:	Média dos dias hospedados	.81
	Média de valor da hospedagem	





SUMÁRIO

1 SOBRE O ESTADO DO AMAPA	11
2 REGIÃO TURÍSTICA VALE DO JARI	21
3 METODOLOGIA DO PERFIL DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO AMAPÁ	22
4 OS SUBSISTEMAS DOS FLUXOS DA REGIÃO TURÍSTICA DO VALE DO JARI	27
5 SUBSISTEMAS FIXOS NATURAIS5.1 Hidrografia	
5.2 Clima	31
5.4Bioma	
5.5 Atrativos Naturais e Construídos em Laranjal do Jari e Vitória do Jari	32
6 SÍNTESE HISTÓRIA DOS MUNICIPIOS DA REGIÃO TURÍSTICA VALE DO JARI 6.1 Laranjal do Jarí	36
7 INFORMAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS DA REGIÃO - CADASTUR	
8 ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO 8.1 Observações Metodológicas:	
9 EMPREGOS E ESTABELECIMENTOS VINCULADOS ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS [RANJAL DO JARI E VITÓRIA DO JARI	
10 DADOS DO SETOR HOTELEIRO DE LARANJAL DO JARI	57
10.2 Dados do Setor Hoteleiro de Vitória do Jari	
CONSIDERAÇÕES	
REFERÊNCIAS	83





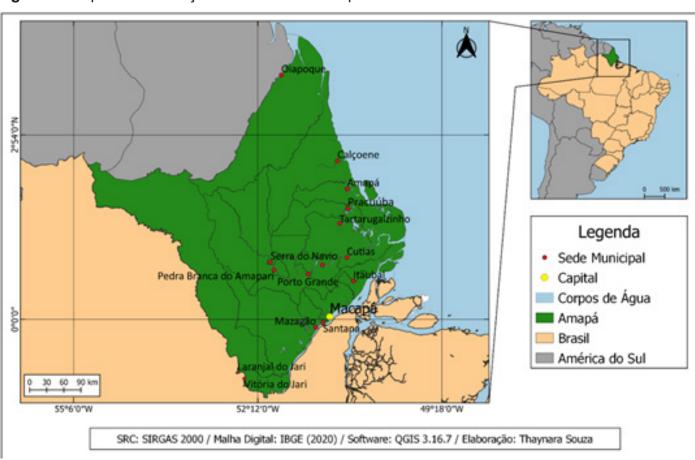


1 SOBRE O ESTADO DO AMAPÁ

O Amapá está localizado no Extremo Norte do Brasil, pertencem a dois hemisférios, norte e o sul. Tem como sua capital a cidade de Macapá, que fica localizada ao sul e sudeste do Estado, é banhado pelo Rio Amazonas, o maior Rio em volume da água do mundo. O Amapá faz fronteira respectivamente ao norte com a Guiana Francesa; sul e oeste com Estado do Pará e; ao Leste com o Oceano Atlântico (DIAS, 2009).

O Amapá possui um mapa que é um losango imperfeito, com os vértices dirigidos para os pontos cardeais, tendo a linha imaginária do Equador (linha que divide o hemisfério norte do Sul), que passa ao sul do Estado, cortando sua capital. A capital do Estado do Amapá é a cidade de Macapá, que está localizada ao sul, sendo banhada pelo chamado braço norte do rio Amazonas, conforme mapa a seguir.









O Amapá possui 73,74% de área de proteção ambiental divididos em 16 Unidades de Conservação (federal, estadual e municipal) e áreas indígenas¹ (CHELALA, 2008), dentre os quais pode-se citar o maior parque de florestas tropicais do mundo, o Parque Montanhas do Tumucumaque com 3,8 milhões de hectares (ICMBio, 2022).

Na língua tupi, o nome Amapá significa Lugar da Chuva. As terras hoje conhecida como Estado do Amapá, antes do processo de colonização, eram habitadas por nações indígenas com sua cultura diferenciada e bastante rica culturalmente, dado a significativa diferença dos povos europeus, mais específico os portugueses, os primeiros a explorarem a região do Amapá.

De acordo com o tratado de Tordesilhas em 1494, as terras do Amapá pertenciam ao domínio da coroa espanhola. Os espanhóis preocupados em conhecer melhor essas terras, enviaram uma série de navegadores, dentre os quais se destacaram Américo Vespúcio, Francisco Orellana e Vincente Yanês Pinzón, sendo que Francisco de Orellana chegou a ser presenteado pelo rei da Espanha no ano de 1544 a concessão dessas terras, que tinha o nome de "Adelantado de Nueva Andaluzia", esse nome foi o primeiro dado as terras hoje conhecida como Amapá.

Em 1738 a coroa portuguesa buscou implementar a colonização da região do Amapá, enviando colonos e militares para que pudesse dar início a esta colonização. Em 1948 a região passa a se chamar de "Província de Tucujus ou Tucujulândia" que através do governador do Grão Pará, João de Abreu Castelo Branco reivindicou junto ao rei de Portugal Dom João V que continuasse a colonização e a fortificação da região. Em 1751 foram enviados outros colonos e militares para região, sendo que estes eram provenientes da Ilha dos Açores. Tendo como marco o dia 4 de fevereiro de 1758, Macapá sendo elevada a condição de Vila.

O grande marco dos portugueses na região do Amapá foi a construção da "Fortaleza de São José de Macapá²" (sendo construída em 18 anos, de 1964 a 1982), o seu maior forte construído fora de Portugal, que propiciou a coroa portuguesa manter intacta as terras da região do Amapá dos seus invasores³.

¹ As nações indigenas que primeiro foram encontradas na região do Amapá, foram os Aruã e os Aristés, sendo que estes povos desapareceriam no século XVIII, deixando uma forte influência para os povos que hoje ainda resistem no Amapá como: Galibis, Waiãpis, Palikur e Karipunas (HILBERT, 1957).

² A Fortaleza de São José de Macapá jamais foi utilizada para fins de guerra (Dias, 2009). Em 1950 a Fortaleza foi reconhecida como monumento histórico nacional (CONCEIÇÂO, 2008).

³ Não serão tratadas as contextualizações sobre as invasões ocorridas no estado do Amapá pelos Ingleses, Irlandeses, Espanhóis e Franceses.



O processo de colonização da região do Amapá estava tendo grandes dificuldades principalmente por causa da vinda espontânea dos colonos para a região, e Portugal tinha que tomar algumas providências, que no caso foi a transferência de uma colônia portuguesa em que existia na África com o nome de Mazagão para a região do Amapá. Foram transferidos então em 1770, 340 famílias para a cidade de Belém e por determinação de Mendonça Furtado⁴ em 1771, muitas dessas famílias iriam para a região do Amapá (MORAES e ROSÁRIO, 2009).

Em 1817 foi assinado o acordo que tratava sobre os limites entre Brasil e Guiana Francesa, que teve no Rio Oiapoque o divisor desses dois países, e neste mesmo ano com o tratado de Utrecht⁵ foi devolvido a França a Guiana Francesa (DIAS, 2009).

Com a independência do Brasil em 1822 "a Amazônia continuou obedecendo às ordens de Portugal e somente em 16 de agosto de 1823, a região amazônica aderiu a independência do Brasil" (DIAS, 2009, p. 37).

Em 1943 é criado o Território Federal do Amapá, que para justificar a sua criação em 13 de setembro tinha como a "necessidade de se defender áreas de fronteiras em função da Segunda Guerra Mundial ou então, do preceito constitucional desmembrar áreas cujos Estados não puderem promover seu desenvolvimento" (MORAES e ROSÀRIO, 2009, p.60).

O Amapá como território não se destacou apenas pela necessidade de desenvolvimento, mais também por sua posição geográfica estratégica, que daria oportunidade de se deslocar até a Europa e o norte da África, tendo também em sua região uma Base Aérea Militar norte-americana construída em 1941, que serviria para a proteção da Amazônia e sua riqueza (DIAS, 2009).

No dia 05 de outubro de 1988, com a nova Constituição Federal o Território Federal do Amapá foi transformado em Estado. A partir deste momento houve mudanças significativas no cenário, econômico, político e social do Amapá, sendo uma das mais importantes em 1991 com a eleição do primeiro governador do Estado do Amapá.

⁴ Secretário de Estado da Marinha Portuguesa (DIAS, 2009).

⁵ O tratado ou paz de Utrecht foram acordos firmados na cidade de Utrecht, nos países baixos, aconteceram de 1713 a 1715, que pós fim a guerra da sucessão espanhola (1701-1714), no qual entraram em conflito interesses de várias potências da Europa. O trono da Espanha era pretendido por Filipe d'Anjou, neto do rei francês Luís XVI, e por Carlos, da casa da Áustria. As negociações se abriram em 29 de janeiro de 1712, mais só em 11 de abril de 1713 foram assinados os principais acordos, dos quais o último é de 1714.





Fluxo Sócio-cultural

A formação da sociedade amapaense é uma miscelânea de povos oriundos das mais diversas regiões, do mundo. Os amapaenses são descendentes de ingleses, ameríndios, irlandeses, franceses, portugueses, africanos inclusive de nordestinos brasileiros⁶, mediante a este fato a variedade de costumes, tradições, hábitos alimentares, o envolvimento com o meio ambiente e o homem são dos mais diversos (NUNES FILHO, 2009).

Nunes Filho (2009) enfatiza que essa origem é reflexo da colonização por causa da economia agrária existente na época, sendo que a escravidão dos africanos e ameríndios era predominante para a existência dessa colonização. Assim nasce a primeira corrente migratória com a utilização da servidão indígena, que foi amplamente utilizada no Amapá, desde o século XVI, mantendo-se até o século XVIII, quando foi abolida por Marques de Pombal⁷.

A considerada segunda corrente migratória é denominada compulsória, ela ocorreu no século XVIII, causado pela instalação das vilas de Macapá, Mazagão e Vistosa de Madre de Deus, com isso os primeiros escravos africanos chegaram a partir do Tratado de Utrecht, vindos de diversas regiões do Brasil e das Guianas. Eles vieram fugindo da escravidão. Com o apoio de ameríndios locais conseguiram instalar-se na região, fundaram diversos quilombos na região norte do Estado do Amapá (NUNES FILHO, 2009, p. 226).

A formação da sociedade amapaense é repleta de costumes, hábitos e culturas diferentes, que possibilita ao Estado ter na sua gênese povos de diversos lugares do mundo, tornando assim um Amapá um Estado singular. Nos dias de hoje a migração continua sendo intensa, havendo imigrantes das diversas regiões do Brasil.

Em 1988 quando o Amapá foi transformado em Estado pela Constituição daquele ano oferecia e oferece ainda um cenário natural diversificado e conservado. Sua cultura está em ascensão e, a partir de 1991, com a instituição da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, a economia da região se dinamizou atraindo um grande contingente de migrantes, com baixa qualificação profissional, em busca de emprego. (ROUSCHMANN CONSULTORES, 2002).

⁶ Os primeiros nordestinos chegaram na região por motivo da extração da borracha. O primeiro ciclo (1870 – 1920) e o segundo ciclo (1941 – 1945).

⁷ Posterior a administração do Marques de Pombal, os ameríndios voltaram a ser escravizados no final do século XIX.



A formação cultural do povo amapaense perpassa pela sua constituição histórica, através dos diversos povos que habitaram a região, tornando a cultura deste povo bem diversificada e marcada principalmente pelos povos indígenas e africanos.

A miscigenação do povo amapaense possui características diversas que a torna singular e plural ao mesmo tempo, havendo tanta mistura de raça, cor, costumes e tradições, estabelecendo e possibilitando que o folclore amapaense, arraigado a lendas e crendices populares muito peculiares do povo da Amazônia.

Na cultura amapaense pode-se destacar algumas especificidades, a alimentação com pratos típicos como: a maniçoba, o vatapá, o pato no tucupi, calderada de tucunaré, tacacá, o camarão no bafo, a farofa de pirarucu, o pirarucu entre outros. Existem sucos como: cupuaçu, graviola e tantos outros.

Nas danças pode-se falar do Marabaixo (dança de origem africana), notoriamente a dança que mais identifica o povo amapaense, ela ocorre especialmente durante a Festa do Divino Espirito Santo que acontece com "o levantamento de um mastro e as pessoas dançam em seu entorno, ao som de caixas e tambores. Durante a festa, são servidas iguarias típicas, de origem ameríndia, portuguesa e africana, principalmente a gengibirra, bebida feita a partir da cachaça e gengibre (NU-NES FILHO, 2007, p. 230).

A cultura amapaense está voltada basicamente a sua colonização, por isso as suas festas e principais tradições são voltadas a esse povo que os colonizaram, dentre as festas e ritmos pode-se citar o batuque (origem africana), muito forte na comunidade de Igarapé do Lago e Maracá, existindo outras localidades que mantém as tradições que são geralmente apresentadas nas festas religiosas.

As culturas por serem hibridas proporcionam aos povos diversas formas de poderem usufruir do seu passado, e utilizar maneiras que possam torná-las no presente e fazer que no futuro outros possam presenciar e relembrar de seus costumes, tradições e principalmente de sua identidade.





• Formação Política do Amapá

A formação política do Estado do Amapá teve como origem a implantação das Câmaras Municipais, no século XVIII, a partir da criação das vilas de Macapá e Mazagão (NUNES FILHO, 2009). Santos (1994) ressalva que os membros que eram eleitos para compor a câmara eram chamados de "homens bons", ou seja, os que detinham o maior número de hectares de terra, como também membros da milícia e do clero. No período em questão os comerciantes, judeus, artesãos, e degredados não tinham direito a votar e nem serem eleitos.

Após serem eleitos para a câmara, os que faziam parte dela legislavam sobre os seguintes itens segundo Nunes Filho (2009): preços das mercadorias; a fixação dos salários dos trabalhadores livres; cobrança de impostos; organização de expedições contra os índios; fiscalização de pontes, caminhos e polícia e; convocação da população para a luta.

Segundo Holanda (2005), a criação das cidades proporcionou o processo de dominação e na opinião de Nunes Filho (2009) a Câmara municipal foi o mecanismo de compreensão, não obstante, eram nessa instituição que criavam as leis que estabeleciam as normas e regras sociais, econômicas, culturais e políticas. Deve-se lembrar que o pleito eleitoral era exercido apenas pelas classes dominantes, deixando de fora sem representação a outros seguimentos da sociedade.

O patriarcalismo ficou bem em evidência no Amapá no período colonial, que pode ser explicado a partir dos primeiros colonos açorianos e africanos que vieram para a região seguindo o mesmo processo de colonização da coroa portuguesa, que estava submetida a implantação de grandes propriedades rurais e construção de vilas e domínio das atividades extrativistas.

Com o advento da Proclamação da República, surge na cidade de Macapá, Amapá e Mazagão a criação das Intendências Municipais, sendo mais tarde substituída pelas prefeituras e Governo do Território Federal do Amapá. Contudo, o mesmo cenário política ainda continuava, pois, as dominações econômicas dos grandes proprietários rurais ainda permaneciam.

Após a implantação da nova administração ocorrida no território em 1944, assumindo o Governo o então capitão Janary Gentil Nunes, se estabelecendo na cidade de Macapá, aonde veio a possibilitar significativas mudanças de ordem, social, cultural, econômica e política (SANTOS, 1994).



A característica principal da Administração de Janary Nunes, foram as grandes obras na região, adotando novamente a política patriarcalista, personalista e exaltação do prestígio pessoa (HOLANDA, 1995). Mesmo com a criação do Território Federal do Amapá continuava a mesma relação patriarcal da época colonial.

Na constituição do Estado houve mudança significativa no cenário, principalmente com a "criação da Assembleia Legislativa e de 4 vagas para o Senado; o aumento de 4 par 8 representantes na Câmara Federal; a ampliação do seu processo eleitorais para todos os níveis (PORTO, 2007).

• Formação Turística do Amapá

Em se tratando de desenvolvimento do turismo, o modelo de administração pública voltada a este setor necessita de envolvimento de diversos outros atores e seguimentos. A atuação da administração pública voltado a atividade turística está intrinsicamente ligado aos responsáveis pelas políticas, administradores e colaboradores dos órgãos ligados diretamente ao turismo. Estes setores são determinantes para o crescimento e desenvolvimento do turismo e possuem as seguintes estruturas.

- a) Nacional os trabalhos se concentram na fixação e no direcionamentos das políticas turísticas; na promoção exterior conjunta dos produtos turísticos estruturados; na elaboração de planos gerais a serviços das regiões, da criação de produtos turísticos e da melhoria das empresas turísticas; na sua elaboração de plano especiais e qualidade, excelência, dinamização turística, desenvolvimento de determinadas áreas, formação, fiscalização, meio ambiente etc; e na estruturação de observatórios turísticos, serviços de informação e outros complementares;
- **b) Supranacional** os entes estaduais cooperam com os entes locais complementando seu trabalho, juntando esforços e proporcionando conhecimento, diversão e fundos para seu desenvolvimento. As regiões e estados também dispõe, na maioria das vezes, de amplas atribuições em matéria turística"
- c) Local as competências turísticas se relacionam com a ordenação local do território e a





criação de infraestrutura e equipamentos turísticos, com a concessão de licenças e alvarás de construção; com a propriedade e a proteção dos atrativos naturais e patrimoniais; com a criação de imposto especiais e com o estímulo das Agendas 21 locais (2006, p. 25).

Pode ser citada a forma de coordenação desse sistema de administração do turismo através de suas instâncias de governo da seguinte forma:

A. Nacional – Ministério do Turismo, apoiado pelo conselho Nacional de turismo

- Definição de diretrizes e estratégias
- Planejamento das ações estratégicas
- Coordenação da ação executiva
- Articulação e negociação dos recursos políticos, técnicos, normativos e institucionais com as diferentes esferas de governo, iniciativa privada e organismos institucionais;
- Monitoramento e avaliação das ações o programa;
- Produção e disseminação de dados e informações

B.Estadual – órgão oficial de turismo, apoiado pelo fórum Estadual de Turismo

- •Formulação de diretrizes e estratégias alinhadas às nacionais;
- •Formulação e execução do planejamento das estratégias regionais;
- •Negociação dos recursos políticos, técnicos, normativos e institucionais com as diferentes esferas de governo, iniciativa privada e organismos nacionais;
- Coordenação da ação executiva local e regional;
- •Mobilização e articulação de recursos e parceiros no âmbito local e regional
- •Monitoramento e avaliação
- Produção e disseminação de dados e informações.

C.Regional – instância a ser definida e estruturada no processo de implementação do programa, apoiado pelo órgão estadual de turismo e pelo fórum estadual de turismo

•Mobilização do conjunto de parceiros para a adesão do programa





- •Integração das ações intra regionais e interinstitucionais de modo a se constituir uma instância apreciadora destas nas regiões;
- •Planejamento das estratégias operacional ao programa no âmbito da região, em conjunto com as organizações sociais, políticas e econômicas, integrando as ações estaduais e nacionais;
- •Acompanhamento e avaliação das etapas de execução

D.Municipal – unidade de turismo municipal, apoiada na instância local representativa dos segmentos sociais, econômicas e políticas (Conselho, comitê e fórum)

- •Mobilização dos segmentos organizados para o debate e indicação de propostas locais para a região;
- •Integração dos diversos setores sociais, políticos e econômicos em torno da proposta de regionalização;
- Participação de forma ativa, no debate e formulação das estratégias locais para a consolidação da região;
- •Planejamento e execução das ações locais de modo integrado às regionais (BRASIL, 2004, p. 15)

As administrações públicas voltadas para o turismo, partem de elementos que contribuíram para o seu desenvolvimento, neste sentido será mostrado que as políticas de governo que são voltadas para este setor passaram por um processo de transformação, com o isso o Amapá não poderiam deixar de buscar se enquadrar nestas políticas, e pensar que as políticas de turismo no estado do Amapá são mais recentes, pode-se dizer que partem do Plano Nacional de Turismo 2003-2007; o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (2004) e; a criação da Secretaria de Turismo do Estado do Amapá.

As regiões turísticas do Estado do Amapá foram selecionadas pelos seus atores que são representantes do setor público, privado e terceiro setor que atuam diretamente com o turismo do Estado. As regiões foram estabelecidas no Fórum de Turismo do Amapá com aprovação dos representantes municipais e apresentado no Mapa do Turismo Brasileiro.





As regiões turísticas do Estado do Amapá são divididas da seguinte forma:



Região do Meio do Mundo: Macapá, Santana e Mazagão;



Região do Cabo Orange: Oiapoque e Calçoene;



Região Tumucumaque e Cachoeiras: Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Ferreira Gomes e Serra do Navio;



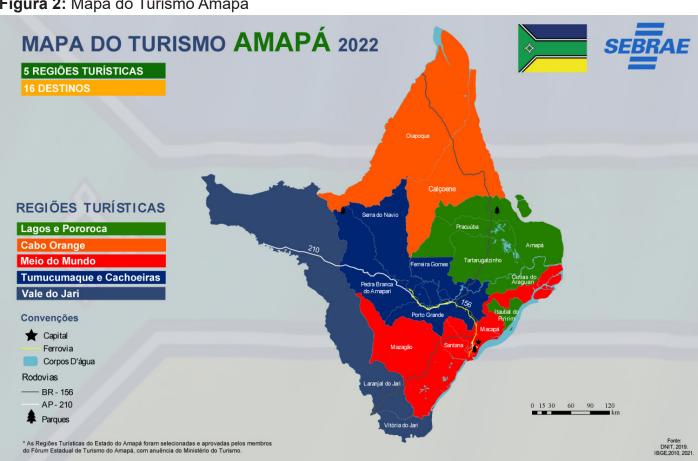
Região Turística dos Lagos e Pororoca: Amapá, Pracuúba, Tartarugalzinho, Cutias do Araguari e Itaubal do Piririm;



Região Turística do Vale do Jari: Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

As regiões turísticas do Estado do Amapá são representadas pela Mapa a seguir.

Figura 2: Mapa do Turismo Amapá







2 REGIÃO TURÍSTICA VALE DO JARI

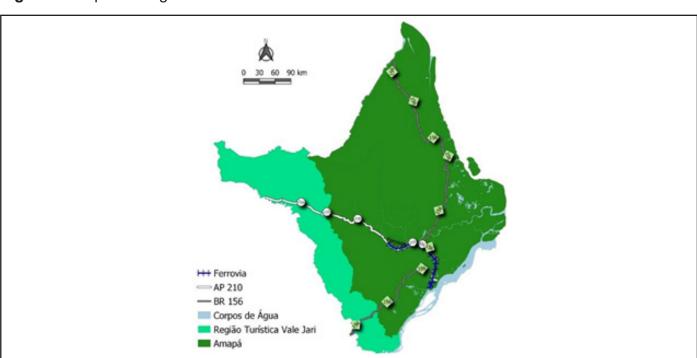
A Região é composta pelos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, Amapá, sendo uma região que possui diversidade em sua composição social, cultural, sustentável e econômica, além de contribuir fortemente com o setor turístico da região e do Estado.

As informações que serão expostas sobre a região perpassam por diversos cenários que se complementam, possibilitando compreender a região por um contexto que surge dos dados levantados in loco e retirados de websites oficiais.

Os dados trazem elementos considerados significativos para compreensão da região turística do Vale do Jari, como dados populacionais, dinâmicas socioculturais, identificação dos municípios, economia e hospedagens dos municípios, além das questões relacionadas diretamente ao turismo como informações de empreendimentos registrados no Cadastur, número de empregos gerados, atividades específicas do turismo (agências de turismo, transporte turístico, alimentação fora do lar, meios de hospedagem).

A região turística do Vale do Jari fica localizada na parte oeste e sul do Estado do Amapá, como demonstrado na figura 1 e a região exposta pela figura 3.









METODOLOGIA DOS PERFIS DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO AMAPÁ

A metodologia utilizada para elaboração dos perfis das regiões turísticas do Estado do Amapá é baseada no modelo sistêmico de Anjos (2004) que possibilita caracterizar a região em dois subsistemas, os fixos e fluxos, estes se subdividem em fixos naturais e construídos e os fluxos se subdivide em socioculturais e econômico.

É necessário entender que o sistema pode ser compreendido como um conjunto de elementos que interagem entre si, seja no ambiente interno ou externo, a exigência são para que eles funcionem por conta própria (BRANCO, 1989).

A escolha de um sistema para realizar o perfil das regiões turísticas do Estado do Amapá, foi ocasionada pela possibilidade de compreender de forma assertiva o turismo das regiões. Acerenza (1987) assevera que o enfoque sistêmico, tem como princípio a compreensão das estruturas e do funcionamento das atividades e ambientes turísticos do local, pois possibilita maior interação entre outros agentes de forma interdisciplinar, que podem facilitar as relações e a intenção dos componentes que atuam entre si no sistema.

O sistema turístico deve atuar de forma conjunta, proporcionando a integração dos seus atores e setores para que a realização de suas ações a partir de cinco importantes elementos segundo Anjos (2004), que pode ser considerado como um dinâmico, no caso o turista, três geográficos, a região geradora, a rota de trânsito e a região de destino, e por último um econômico, a indústria turística. Todos esses elementos se complementam e são ordenados para interagirem como fatores físicos, econômicos, sociais, culturais, políticas e tecnológicos. Como exemplificado na figura 05.

TURISTA **ROTA** REGIÃO **REGIÃO DE** DESTINO INDÚSTRIA TURÍSTICA ORGANISMOS

Figura 4: Elementos do Sistema Turístico

Fonte: Anjos (2004, p. 113)





Como pode ser observado os organismos de turismo oficiais não fazem parte do sistema turístico, o papel que é desempenhado por eles é de cunho administrativo, para que o desenvolvimento da atividade turística seja de forma que possuam os fundamentos básicos que dê sustentação ao correto funcionamento do sistema (ANJOS, 2004).

O sistema turístico procura mostrar outros elementos que dê sustentação as atividades turísticas, pois por causa das limitações dos planos turísticos, o desenvolvimento da atividade começa a mostrar as suas dificuldades e seus efeitos negativos, todavia, não estavam sendo utilizados ou levado em conta os aspectos, sociais, ecológicos e culturais, o que se percebia era que a grande ênfase estava apenas no desenvolvimento físico.

Hoje os planos existentes para a atividade turística permitem que a utilização desses elementos esteja mais em evidência, pois a preocupação com o social, o econômico e o cultural, e ainda pode-se acrescentar o ambiental está sendo trabalhado em conjunto com o desenvolvimento do setor.

O fator preponderante para utilização desta metodologia é a sua base que envolve o processo de deslocamento "requisito básico para que o turista chegue até a região de destino, no qual se localizam e atuações turísticas que motivaram a viagem" (ANJOS, 2004, p. 113), essa motivação pode ser por diversos outros motivos.

Acerenza (1987) comenta que o movimento do sistema turístico é realizado por meio do turista, através de seu deslocamento, saindo de sua região de origem considerada emissora, indo de encontro a região de destino denominada receptora. Para que de fato ocorra o funcionamento do sistema é necessário que o turista decida viajar, e essa decisão depende de diversos fatores que faça o turista viajar, ou seja, suas motivações são diversas.

O modelo sistêmico proposto por Anjos (2004) possui como objetivo central para compreender o funcionamento da dinâmica do território turístico. Todavia a compreensão do sistema territorial turístico deve estar atenta as especificidades de dois subsistemas sociais que o constituem: o subsistema dos residentes e o subsistema dos turistas (CONCEIÇÃO, 2008)

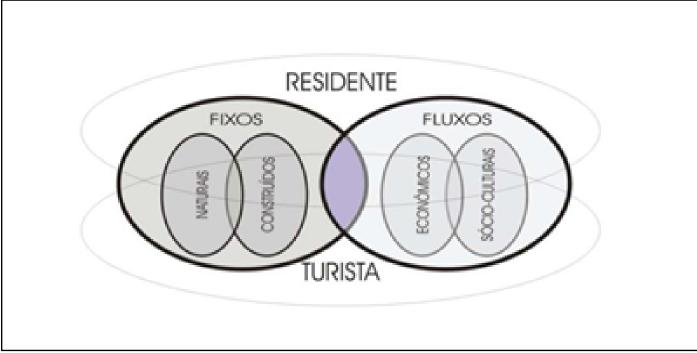
Os subsistemas possuem características diversas em momentos antagônicos e em outros convergentes, por isso a necessidade de avaliar cada sistema separadamente, de forma que as suas peculiaridades e as relações que possuem, possam ser dinâmicas e atingem por vezes sobreposições entre os dois sistemas (ANJOS, 2004).

A figura 04 expõe como é o funcionamento dos subsistemas proposto por Anjos (2004).





Figura 5: Sistema Territorial Turístico



Fonte: Anjos (2004, p. 164)

Os subsistemas possibilitam ter um melhor entendimento sobre o sistema proposto.

- Os subsistemas dos fixos: que compreende os elementos naturais, como solo, água, clima, vegetação e fauna, e os elementos construídos elos homens, como as edificações e as infraestruturas urbanas (rede viária, rede de água e esgoto, redes de comunicação e energia, espaços públicos de lazer);
- Os subsistemas dos fluxos: que compreende as dinâmicas socioculturais (renda, trabalho, lazer e escolaridade, organização e comportamento social) e as dinâmicas econômicas (produção, distribuição, consumo e acumulação).
- **a) Fixos Naturais:** composto por elementos suas dinâmicas são resultantes de processo ecológicos integrantes do sistema natural, e são controlados por dinâmicas não humanas. Desta forma, as dinâmicas desses sistemas não podem ser planejadas, pois se constituem em lógicas



próprias sem interferências humanas. A ação humana sob tais elementos pode perturbar suas dinâmicas, prejudicando a sustentabilidade ecológica. Por outro lado, as ações humanas podem trabalhar na recuperação de sistemas perturbados, contribuindo para o princípio da sustentabilidade ecológica, pois nem sempre as ações humanas são negativas sobre o sistema natural está postura é subsidiada pelo entendimento que o sistema natural não é estático, está numa mudança constante, na busca do equilíbrio. Nesta direção as ações humanas podem potencializar tais mudanças, que necessariamente não se constituem em ações negativas.

- b) Fixos Construídos: elementos resultantes das ações humanas sobre os espaços, ou seja, constituem-se de materializações das produções humanas. Os elementos construídos, apesar de serem resultado dos sistemas sociais e econômicos, têm uma grande permanência diferente de outras variáveis sociais, como renda e trabalho. Assim tal subsistema é composto por elementos com menos permanência do que os elementos naturais, que se posicionam na escala espacial de territórios mais amplos (região, continente e planeta) e na escala temporal do sistema natural, no entanto, na escala dos espaços humanos, particularmente a escola urbana, e o tempo humano da contemporaneidade, o cotidiano, os elementos construídos tem alto grua de permanência. Assim, se constituem nas variáveis mais permanentes na escala própria do planejamento, ou seja, de escalas espaciais de território mais específicos (cidade ou lugar) e escalas temporais do homem.
- c) Fluxos Socioculturais: composto de dinâmicas altamente imprevisíveis. Tal subsistema é altamente complexo, pois envolve relação do homem com os sistemas ecológicos, econômicos e o próprio sistema social. As variáveis são relacionadas ao homem nas relações de produção, como a renda, o transporte e os fatores sociais inerentes ao mundo do trabalho, as relações dos momentos de não trabalho como ócio e o lazer (atividades lúdicas, esportes e atividades culturais, as necessidades básicas da população (alimentação, educação e saúde), os comportamentos sociais em relação à própria sociedade e a natureza (conservação e destruição) e as organizações sociais (Estado, entidades da sociedade civil organizada).
- d) Fluxos Econômicos: composto por dinâmicas relacionadas a produção, distribuição, consumo e acumulação de capital. Tal subsistema é formado por um conjunto de organizações que atuam, ora para entender o residente, ora o turista. As organizações empresariais que diretamente atendem o turista podem ser reunidas em empresas que atuam nos serviços de hospedagem, de alimentação, de lazer e entretenimento, de agenciamento e de transporte. Outras organizações atuam diretamente no sistema, como serviços de apoio ligados à saúde, in-





fraestrutura, comunicação, segurança, e diversas outras, ou como fornecedores de produtos ou serviços ao sistema como indústria de alimentos, serviços de computação, indústria de bebidas e diversos outros seguimentos. Como as organizações desta última tipologia comumente não se localizam no território turístico, se constitui um dos principais canais de entrada no sistema territorial turístico (ANJOS, 2004, p. 164-166).





4 OS SUBSISTEMAS DOS FLUXOS DA REGIÃO TURÍSTICA VALE DO JARI

As informações básicas sobre a região turística no âmbito populacional, dinâmicas socioculturais, educacionais e econômicas são apresentadas pelos quadros subsequentes.

Tabela 1: Dados populacionais dos municípios da Região Turística Vale do Jari

	Laranjal do Jari	Vitória do Jari	Total
População estimada [2021]	52.302 pessoas	16.552 pessoas	68.854 pessoas
População no último censo [2010]	39.942 pessoas	12.428 pessoas	52.370 pessoas
Densidade demográfica [2010]	1,29 hab/km²	5,01 hab/km²	6,3 hab/km²
Gentílico	laranjalense	vitorenses	-

Fonte: IBGE (2021).

Vitória do Jari e Laranjal do Jari, tiveram uma alta considerável em relação a sua população segundo dados do IBGE (2021), isto possibilita compreender um aumento da necessidade de criar novos empregos. Desta forma o turismo tem a possibilidade de ser um setor que pode a contribuir com diversos seguimentos, criando novas frentes de trabalho.





Tabela 2: Identificação pontuais dos municípios da Região Turística Vale do Jari

	Laranjal do Jari	Vitória do Jari
Prefeito	Márcio Clay da Costa Serrão Ary Duarte da Co	
Secretário de Turismo	Marcelo Sarraff dos Santos	Gilmar Batista Freitas Soeiro
Região Turística	Região Turística Vale do Jari	Região Turística Vale do Jari
Categorização do Município pelo Ministério do Turismo – MTUR	С	E
Área da unidade territorial [2020]	30.782,998 km²	2.508,979 km²

Fonte: IBGE (2021).

A tabela 2 apresenta de forma geral os representantes eleitos, e os secretários de turismo, tanto do município de Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

Tabela 3: Dinâmicas Socioculturais dos municípios da Região Turística Vale do Jari

	Laranjal do Jari	Vitória do Jari
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2019]	2,2 salários-mínimos	2,2 salários-mínimos
Pessoal ocupado [2018]	2.617 pessoas 824 pessoa	
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo [2010]	43,4%	51,2%

Fonte: IBGE (2021).





As dinâmicas socioculturais são relevantes para a atividade turística, visto a intrínseca relação que o turismo com a geração de emprego e renda, oportunizando que os trabalhadores do setor contribuam com as dinâmicas econômicas e socioculturais dos municípios da região turística do Meio do Mundo.

Segundo a tabela 3, a renda média dos dois municípios, apresentam valores similares, tanto em Laranjal do Jari, como em Vitória do Jari a renda média do trabalhador é de 2,2 salários-mínimos, todavia o município é em Laranjal do Jari que temos o maior número de pessoas ocupadas na economia formal, e neste município temos também a maior população.

Tabela 4: Educação

	Laranjal do Jari	Vitória do Jari
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,6%	97,1%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	4,6	4,3
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	3,6	3,6
Matrículas no ensino fundamental [2020]	7,674 matrículas	2.525 matrículas
Matrículas no ensino médio [2020	1.772 matrícula	553 matrículas

Fonte: IBGE (2021).

A educação será sempre um caminho de oportunidades e desenvolvimento de uma cidade ou região, desta forma, é importante salientar dados do setor educacional de Laranjal do Jari e Vitória do Jari. O turismo é diretamente afetado pela educação, visto a necessidade de mão de obra especializada, para que atue em diversos setores do turismo.





Tabela 5: Dados econômicos dos municípios da Região Turística Vale do Jari

	Laranjal do Jari	Vitória do Jari
PIB per capita [2019]	R\$ 19.249,72	R\$ 12.303,06
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	-	97,5%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH [2010]	0,665	0,665

Fonte: IBGE (2021).

Os dados econômicos são necessários para compreender os municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, no sentido de apresentar seu PIB, fontes externas e IDH. A economia está diretamente voltada à atividade turística, sendo que o turismo oportuniza a geração de renda e criação de empregos.

Tabela 6: Hospedagem nos municípios da Região Turística Vale do Jari

	Laranjal do Jari	Vitória do Jari	Total
Quantidade	9	3	12
Total de UHS	194	29	223
Total de leitos	469	65	534

Fonte: Dado da Hotelaria, 2022

Os meios de hospedagem na região do Vale do Jari são apresentados na tabela 6, demonstrando o número de unidades habitacionais (UHs) e de leitos, cujo objetivo é apontar a capacidade de atendimento ao visitante, oportunizando gerar renda e emprego para uma cadeia que só cresce. O número de habitação total da região é de 223 UHs, podendo hospedar cerca de 534 pessoas simultaneamente.





5 SUBSISTEMAS FIXOS NATURAIS

5.1 Hidrografia

O Amapá possui uma rede hidrológica muito rica. Possui rios navegáveis de planície e rios de planalto com potencial hidrelétrico. O município Laranjal do Jari é drenado pelo rio Jari e seus afluentes à margem esquerda e pelo rio Cajari à margem direita. Nesta Região está localizada a Reserva Extrativista do Rio Cajari. A RESEX é drenada pelas bacias dos rios Cajari e Ajuruxi, do igarapé Tambaqui e outros pequenos cursos d´água. Todas as suas águas se dirigem ao canal do norte do rio Amazonas. O rio Cajari, em alto e médio curso, apresenta solos com características de drenagem incipiente e a planície aluvial favorece o acúmulo de água e a formação de terraços alagados, chamadas "várzeas" pelos moradores da região. No baixo curso, o rio Cajari e outros corpos d´água confundem-se com as áreas de depósito aluviônico do canal do Norte, formando meandros, diques, furos, paranás e lagoas.

5.2 Clima

O clima dos municípios da Região Turística Vale do Jari é tropical. Como o estado está localizado na linha do Equador, a incidência dos raios solares é mais intensa. Essa situação é uma das características típicas do clima quente e úmido da região. Os climas equatoriais são caracterizados por altas temperaturas durante todo o ano. A temperatura média anual fica em torno de 26° C, a temperatura máxima é de 32,6° e a mínima de 20° centígrados. Precipitação: as chuvas ocorrem nos meses de dezembro a agosto. A estação seca inicia no mês de setembro e vai até a metade do mês de dezembro, quando pode haver temperaturas mais altas.

5.3 Relevo

O relevo na parte sul do município, caracteriza-se por uma faixa de planície amazônica, sujeita a inundações periódicas. Na parte norte do relevo, encontra-se o Planalto cristalino das Guianas. Ao Norte e ao Nordeste, encontra-se a Serra do Tumucumaque e ao leste, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Iratapuru. Quanto ao solo, caracteriza-se, predominantemente, pelos latossolos vermelho-amarelos, mas também ocorre o Gleissolo, Hidromórficos.





5.4 Bioma

A vegetação do Amapá é composta principalmente por florestas equatoriais. É uma floresta densa, sempre verde, com grandes árvores. É sustentado pelo clima úmido da região. A vegetação em toda a região norte possui florestas de galerias ao longo dos rios e florestas densas, apresentando algumas espécies de madeiras nobres, de excelente valor comercial, que garantem o potencial econômico da área. Ao Sul, há grandes extensões de campos inundáveis. Nesta Região está localizada a Reserva Extrativista do Rio Cajari, onde destacam-se densas populações de castanheiras (Bertholletia excelsa) e açaizais (Euterpe oleracea). A RESEX Rio Cajari, localiza-se na região do Escudo das Guianas, que é uma Centro de Endemismo. Há informações para avifauna e herpetofauna. AVES: Phaethornis malaris (besourão-de-bico-grande); Percnostola rufifrons (formigueiro-de-cabeça-preta); Myrmeciza ferruginea (formigueiro-ferrugem). HERPETOFAUNA: Leposoma guianense; Atelopus spumarius; Arthrosaura kockii; Iphisa elegans. Há também uma espécie de anfíbio (Pristimantis chiastonotus), que é endêmica do Amapá.

5.5 Atrativos Naturais e Construídos em Laranjal do Jari e Vitória do Jari

Natural: Elemento do ambiente que desperra algum tipo de encantameno, interesse ou propricia diversão e lazer, como rio, lagoa, praia e cachoeira; cavernas, gruta epenhasxo; mata; manguezal; cerrado; espécie da fauna e flora etc.

Cultural: O estilo de vida, a arte e o artesanato típicos da localidade, as festas populares, as crenãs, os costumes e os valores compôe os atrativos culturais de uma localidade.

Históricos: Elemento do patrimônio histórico: conjunto colonial, ruinas, vetígios arqueológicos, objetos que representam hábtos antigos das populações etc (FERREIRA; COUTINHO, 2002)

As atrações turísticas da Região Turística Vale do Jari são descritas a seguir.





Laranjal do Jari

Atrativos turísticos

Cachoeira de Santo Antônio;

Festival da Castanha;

Visitas às Reservas Extrativistas;

Balneários;

Cachoeiras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru

River Tour nos rios da Região

Vitória do Jari

Atrativos turísticos

Reserva Extrativista do Rio Cajari – RESEX

Passeios fluviais

Balneários

Cachoeiras

Trilhas

Fonte: Autor





Laranjal do Jari

Cachoeira de Santo Antônio



Foto: Setur AP

Festival da Castanha





Cachoeiras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru





Foto: Maurício de Paiva.





River Tour









Vitória do Jari

Reserva Extrativista do Rio Cajari – RESEX









Foto: Juan Pratginestos / WWF-Canon – Reprodução da Internet





Passeios fluviais



Balneários



Balneário Tio João Foto: Ascom





6 SÍNTESE HISTÓRICA DOS MUNICIPIOS DA REGIÃO TURÍSTICA VALE DO JARI

6.1 Laranjal do Jarí

O Município de Laranjal do Jari foi criado em 17 de dezembro de 1987, tendo suas origens ligadas a episódios da história de colonização do rio Jari e, mais recentemente, às influências socioeconômicas decorrentes da implantação e funcionamento do Projeto Jari Florestal.

O município de Laranjal do Jari foi habitado, inicialmente, por indígenas oiampis e aparaís e, posteriormente por nordestinos que vieram trabalhar na extração da borracha. Posteriormente, sofreu influências do Projeto Jari Florestal, idealizado por Daniel Ludwig, que pretendia substituir a floresta nativa por uma plantação homogênea da espécie Gmelina arborea, para a fabricação de celulose (matéria-prima do papel).

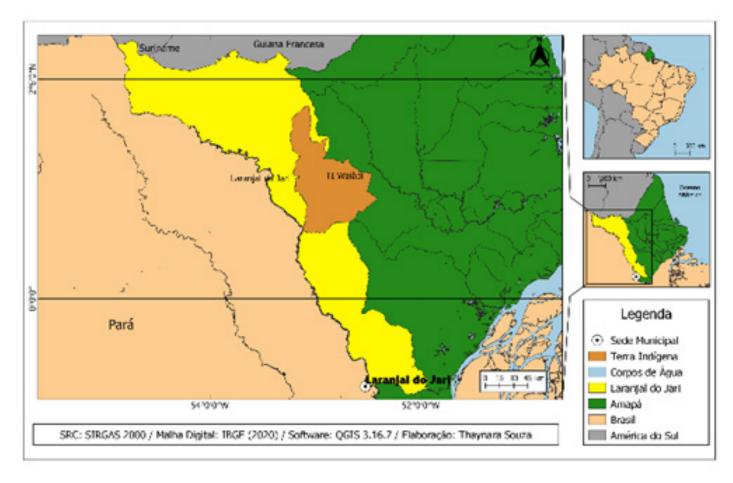
O município se destaca pela sua grande extensão territorial, sendo maior que alguns estados brasileiros como Sergipe e Alagoas. Aproximadamente 90% de sua extensão territorial se encontra dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

O principal cartão postal do município é a Cachoeira de Santo Antônio, no rio Jari, considerada uma das mais belas do Brasil. A área do município é bastante apreciada para o turismo de aventura e ecoturismo, por suas exuberantes paisagens naturais e extensas trilhas. É destaque no extrativismo vegetal, sendo uma das principais fornecedoras de Castanha do Brasil e Breu Branco. Localizada ao sul do Estado do Amapá, ela tem seus limites ao Laranjal do Jarí é o terceiro município mais populoso do estado. Foi criado em 17 de dezembro de 1987, fazendo fronteira com os municípios de Vitória do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Oiapoque, o Estado do Pará e com os países Suriname e Guiana Francesa, como expostos na figura 2.





Figura 6: Mapa de localização do município de Laranjal do Jari



VIAS DE ACESSO

Os acessos para o Município de Laranjal do Jari podem ser realizados por vias aéreas, rodoviárias e fluviais.

Via Terrestre

- BR 156 Macapá para Laranjal do Jari
- BR 210 Vitória do Jari para Laranjal do Jari
- AP 160

Via Marítima

- Área Portuária de Laranjal do Jari





6.2 Vitória do Jari

Vitória do Jari é o mais novo município do Estado e sua emancipação político-administrativa deu-se em 08 de setembro de 1994. Suas origens estão diretamente ligadas à história de desenvolvimento de Laranjal do Jari, particularmente aos acontecimentos referentes à instalação e funcionamento do Projeto Jari Florestal.

A sede do município ainda hoje representa uma ampliação das estratégias de ocupação ribeirinha iniciada em Laranjal do Jari, ambas compartilhando dos mesmos benefícios e problemas refletidos pelas condições de vida palafítica de suas populações e pelos interesses conflitantes com o empreendimento que lhes promovem maior sustentação econômica.

Trata-se de um núcleo populacional formado por pessoas que trabalhavam no parque industrial da CADAM (empresa que explora o minério daquela região), e funcionalismo público, e empreendedores.

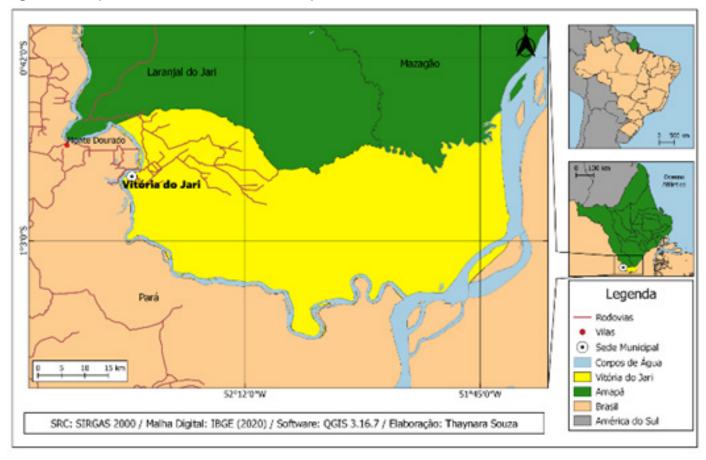
Entre seus atrativos turísticos, podemos destacar viagens de catraias pelo Rio Cajari e à noite, uma visão deslumbrante da fábrica da Jari, que fica do outro lado do rio. Além disto, são permitidas visitas à mina de extração do Caulim, no Morro do Felipe.

O município de Vitória do Jari está localizado no extremo sul do Amapá e faz limite ao Norte: Laranjal do Jarí e Mazagão, Sul: Estado do Pará, Leste: Rio Amazonas, Oeste: Estado do Pará, como representado na figura 3.





Figura 7: Mapa de localização do município de Vitória do Jari



VIAS DE ACESSO

O acesso a cidade de Macapá pode ser por via terrestre, marítima ou aérea, conforme as informações a seguir.

Via Terrestre

Rodovias Estaduais

- AP 160 - liga o Município de Laranjal a Vitória do Jari.

• Via Marítima

- Porto de Catraia
- Porto Trans Vitória





INFORMAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS DA REGIÃO - CADASTUR

O Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur é um sistema de registro utilizado pelo Ministério do Turismo, com intuito de promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no país, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor.

O cadastro tem validade de dois anos para pessoas jurídicas, e cinco anos para os guias de turismo, ele é gratuito, bem como a sua renovação. É obrigatório para: acampamentos turísticos, agências de turismo, meios de hospedagem, organizadores de eventos, parques temáticos, transportadoras turísticas, conforme a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

O cadastro também é obrigatório para exercer a profissão de Guia de Turismo, conforme Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993. O cadastro no Cadastur, embora não seja obrigatório para todas as atividades do setor de turismo, é necessário para empresas do setor de turismo, para que tenham acesso a linhas de crédito do FUNGETUR, que é uma linha de crédito de Capital de Giro, destinada às empresas do setor do turismo.

Na tabela 7, 8 e 9, serão tratadas informações concernentes ao Cadastur, demonstrando a posição do estado do Amapá segundo o seu ranking, assim como os dados acerca de empreendimentos registrados no município de Laranjal do Jari. Essas informações são necessárias para conhecer as empresas formalizadas e oportunizar a tomada de decisões pelos gestores públicos e privados.

Tabela 7: Ranking Nacional de Registros no Cadastur

Ranking	Estados	Abreviação	Nº de Cadastros
1º	São Paulo	(SP)	28.952
2°	Rio de Janeiro	(RJ)	20.919
3°	Minas Gerais	(MG)	11.216
4º	Rio Grande do Sul	(RS)	8.964
5°	Santa Catarina	(SC)	8.722
6°	Paraná	(PR)	8.360
7°	Alagoas	(AL)	6.408
8°	Goiás	(GO)	5.849
9°	Bahia	(BA)	5.550





Ranking	Estados	Abreviação	Nº de Cadastros
10°	Pernambuco	(PE)	3.730
11°	Ceará	(CE)	3.558
12°	Distrito Federal	(DF)	3.015
13°	Rio Grande do Norte	(RN)	2.961
14°	Espírito Santo	(ES)	2.687
15°	Mato Grosso	(MT)	2.150
16°	Paraíba	(PB)	2.019
17°	Amazonas	(AM)	1.744
18°	Pará	(PA)	1.742
19°	Mato Grosso do Sul	(MS)	1.738
20°	Maranhão	(MA)	1.681
21°	Piauí	(PI)	1.268
22°	Sergipe	(SE)	1.255
23°	Tocantins	(TO)	918
24°	Acre	(AC)	492
25°	Rondônia	(RO)	478
26°	Amapá	(AP)	352
27°	Roraima	(RR)	256
Total			136.984

Fonte: Cadastur (2021). Acesso em 08 de fevereiro de 2021





No Ranking Nacional de Registro do Cadastur, o Amapá possui a posição de 26º, estando a frente apenas do estado de Roraima. Este ranking serve para apontar as necessidades de cadastrar os empreendimentos turísticos dos municípios do Estado do Amapá.

O Cadastur é essencial para que tanto os turistas, empresas e o setor público, possam conhecer seus empreendimentos e ter a certeza da formalidade e profissionalização do mesmo.

Tabela 8: Número Registros no Cadastur nos estados da Região Norte do Brasil

Estados	Nº de Cadastros	%
Amazonas	1.744	29,15%
Pará	1.742	29,12%
Tocantins	918	15,35%
Acre	492	8,22%
Rondônia	478	7,99%
Amapá	352	5,88%
Roraima	256	4,28%
Total	5.982	100,00%

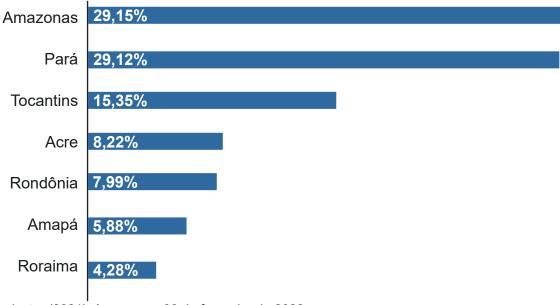
Fonte: Cadastur (2021). Acesso em 08 de fevereiro de 2022

O Amapá é o penúltimo colocado entre os estados da região norte. A região tem como primeiro colocado o Estado do Amazonas, seguido do Pará.





Gráfico 1: Percentual de participação no Cadastur por estado na Região Norte do Brasil



Fonte: Cadastur (2021). Acesso em 08 de fevereiro de 2022

Tabela 9: Número de empreendimentos registrados no Cadastur por tipo de segmento turístico no município de Laranjal do Jari

Prestadores de Serviço em Laranjal do Jari	Nº de presta- dores	%
Meio de Hospedagem	2	40,00%
Agência de Turismo	1	20,00%
Organizadora de Eventos	1	20,00%
Prestador de Serviços de Infraestrutura de Apoio a Eventos	1	20,00%
Guia de Turismo - PF	0	0,00%
Guia de Turismo – MEI	0	0,00%
Empreendimento de Apoio ao Turismo Náutico ou à Pesca Desportiva	0	0,00%
Casa De Espetáculos & Equipamentos De Animação Turística	0	0,00%
Locadora de Veículos Para Turistas	0	0,00%
Prestador Especializado em Segmentos Turísticos	0	0,00%
Restaurante, Cafeteria, Bar e Similares	0	0,00%
Transportadora Turística	0	0,00%
Total	5	100,00%

Fonte: Cadastur (2021)





O número de empreendimentos no Cadastur são um total de cinco empreendimentos no município de Laranjal do Jari, sendo eles relacionados ao meio de hospedagem, agência de turismo, organização de eventos e prestador de serviços de infraestrutura de apoio a eventos. Os outros empreendimentos que fazem parte do cadastro não possuem representação.

Obs.: O município de Vitória do Jari não possuía nenhum cadastro no momento da coleta de dados em 08 de fevereiro de 2022.





ÍNDICE DE BEM-ESTAR HUMANO

O Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) mensura o nível das condições urbanas necessárias para se viver nas cidades, especialmente nos grandes centros urbanos do país. As condições urbanas consideradas foram aquelas que se caracterizam como bens ou serviços coletivos. Os bens ou serviços coletivos são aqueles que nenhum indivíduo é capaz de adquirir sozinho, tampouco consumir individualmente. São bens ou serviços que só podem ser adquiridos e consumidos de modo coletivo, como pavimentação, rede de esgoto, arbori¬zação entre outros aspectos. Esses bens ou serviços expressam, portanto, a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos e que são promovidos pelo mercado, via o consumo mercantil, ou pelos serviços prestados pelo Estado. O IBEU é constituído por vinte indicadores que estão organizados por cinco dimensões urbanas:

1) Mobilidade



2) Condições ambientais



3) Condições habitacionais



- 4) Atendimento de serviços coletivos



5) Infraestrutura

8.1 Observações Metodológicas:

Todos os dados utilizados na construção do IBEU foram decorrentes do Censo Demográfico do IBGE. Para a sua elaboração, utilizamos a base de dados de resultados do Universo, a base Microdados da Amostra e a base de dados do Entorno dos Domicílios.

Em todas as situações em que o IBEU foi calculado o procedimento de construção se deu somente para as áreas urbanas dos municípios. As áreas rurais não foram incluídas no cálculo do IBEU;

O que estamos chamando de bairro é uma denominação popular para o termo técnico existente no Censo Demográfico do IBGE chamado de área de ponderação. Em muitas situações, a área de ponderação pode cor¬responder à identificação de bairro em cada município específico, mas também a área de ponderação pode ser maior que bairros ou mesmo um bairro pode conter mais de uma área de ponderação. Como não há um padrão para definição de bairro no Brasil, optamos por utilizar o termo bairro como correspondente da área de comparação para ficar claro.





Tabela 10: Índice de Bem-Estar Urbano

Indicadores	Laranjal do Jari	Vitória do Jari
Mobilidade Urbana	0.960	0.829
Condições Ambientais Urbanas	0.467	0.621
Condições Habitacionais	0.459	0.599
Serviços Coletivos Urbanos	0.520	0.555
Infraestrutura	0.263	0.179
IBEU - Índice de Bem-Estar Urbano	0.534	0.557

Fonte: Observatório das Metrópoles – 2021.

Obs.1: No Ranking Nacional Municipal do IBEU - Índice de Bem-Estar Urbano o município de Laranjal do Jari figura na posição de 5.515°, atualmente no Brasil temos 5.565 municípios.

Obs.2: No Ranking Nacional Municipal do IBEU - Índice de Bem-Estar Urbano o município de Vitória do Jari figura na posição de 5.544°, atualmente no Brasil temos 5.565 municípios

Obs.3: A classificação dos indicadores segue o seguinte critério: de zero a 0,500 corresponde às condições muito ruins; de 0,501 a 0,700 corresponde às condições ruins; de 0,701 a 0,800 corresponde às condições médias; de 0,801 a 0,900 corresponde às condições boas; de 0,901





9 EMPREGOS E ESTABELECIMENTOS VINCULADOS AS ATIVIDADES TURÍSTICAS

O turismo tem como princípio contribuir com o crescimento econômico e o desenvolvimento socioambiental de um munícipio e região, é considerado um impulsionador na geração de emprego e renda.

As tabelas seguintes apontam registros sobre empregos e empreendimentos acerca das Atividades Características do Turismo – ACTs que são:

- Alojamento;
- Alimentação;
- Transporte aéreo;
- Transporte terrestre;
- Transporte aquaviário;
- Agências de viagem;
- •Aluguel de transporte;
- Cultura e lazer.

Essas atividades são representadas de forma conjunta em relação aos seus dados nas tabelas subsequentes, apontando as informações das atividades turísticas da região Vale do Jari sobre empregos e empreendimentos turísticos.

Tabela 11: Número de empregos vinculados as Atividades Turísticas nos municípios do Estado

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Macapá	3.865	3.998	4.230	4.316	4.439	4.225	3.907	3.723	3.708	3.394	2.881
Santana	360	428	603	562	714	661	728	746	948	867	778
Pedra Branca do Amapari	106	106	104	110	73	85	105	168	88	143	145
Laranjal do Jari	79	115	155	115	110	140	89	89	75	65	58
Oiapoque	31	51	43	54	37	59	88	87	88	84	51
Porto Grande	4	3	3	28	15	6	5	2	7	26	26
Serra do Navio	2	0	0	5	0	24	1	3	12	11	12





	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ferreira Gomes	40	28	13	66	102	64	33	28	19	14	11
Amapá	12	5	10	32	30	16	21	65	12	15	9
Itaubal	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3	3
Mazagão	5	8	7	3	2	3	2	2	4	1	3
Vitoria Do Jari	11	4	10	7	6	5	4	3	4	0	2
Calçoene	4	63	13	8	5	7	2	0	1	2	2
Pracuúba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tartarugalzinho	5	2	2	2	1	0	0	0	0	0	0
Total Geral	4.524	4.811	5.193	5.308	5.534	5.295	4.985	4.919	4.966	4.625	3.982

O número de empregos gerados pela atividade turística nos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, apresentam oscilações como pode ser observado na tabela 11. No espaço temporal de 2010 a 2020 observa-se inicialmente um aumento gradativo, tendo uma queda significativa na geração de emprego a partir de 2018 sem se tratando de Laranjal do Jari

Em se tratando de Vitória do Jari, houve instabilidade com aumento e diminuição brusca nos primeiros anos, mantendo um decréscimo nos anos seguintes, chegando a zero contração no ano de 2019. Os anos de 2020 são compreendidos, tendo em vista que houve uma pandemia.





Tabela 12: Número de estabelecimentos vinculados as Atividades Turísticas nos municípios do Estado

Estado	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Macapá	354	401	435	453	502	489	489	482	488	450	430
Santana	24	33	41	48	55	59	52	48	60	53	56
Pedra Branca do Amapari	14	18	18	20	20	18	24	24	23	22	15
Laranjal do Jari	12	18	21	22	25	27	26	20	18	12	13
Oiapoque	7	10	4	11	10	11	9	8	8	8	7
Porto Grande	6	6	6	8	7	9	8	7	7	7	7
Serra do Navio	4	3	3	7	9	6	9	3	7	5	6
Ferreira Gomes	3	2	3	4	6	2	5	5	4	5	2
Amapá	3	0	3	3	3	3	3	2	2	1	2
Itaubal	4	1	0	2	1	5	2	2	3	3	2
Mazagão	1	2	2	1	2	3	2	0	1	1	1
Vitoria Do Jari	1	1	2	1	1	2	1	2	2	1	2
Calçoene	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	1
Pracuúba	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Tartarugalzinho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total Geral	434	496	539	582	642	635	630	604	624	569	546





O número de estabelecimentos vinculados às atividades turísticas dos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari são apresentados na tabela 12. Ela nos aponta uma queda considerável de empreendimentos ao longo dos anos em Laranjal do Jari, e uma certa estabilidade no número de empresas em Vitória do Jari.

Tabela 13: Percentual de participação do número de estabelecimentos nas Atividades Características do Turismo – ACTs no município de Laranjal do Jari em relação ao estado do Amapá, e em relação a Região Turística Vale do Jari nos anos de nos anos de 2010 a 2020.

Município	Laranjal do Jari	Amapá	%	Região Turística Vale do Jari	%
2010	12	434	2,8%	15	80,0%
2011	18	496	3,6%	18	100,0%
2012	21	539	3,9%	24	87,5%
2013	22	582	3,8%	25	88,0%
2014	25	642	3,9%	28	89,3%
2015	27	635	4,3%	30	90,0%
2016	26	630	4,1%	29	89,7%
2017	20	604	3,3%	22	90,9%
2018	18	624	2,9%	20	90,0%
2019	12	569	2,1%	13	92,3%
2020	13	546	2,4%	15	86,7%

Fonte: RAIS (2022).

O município de Laranjal do Jari possui uma participação discreta, mas importante em relação ao estado, sem se tratando dos estabelecimentos das ACTs, e muito significativa em relação a região turística como observado na tabela 13. A sua participação na região turística por meio de seus empreendimentos soma mais de 80% em todos os anos da pesquisa.





Tabela 14: Percentual de participação do número de empregos nas Atividades Características do Turismo – ACTs no município de Laranjal do Jari a em relação ao estado de Amapá, e em Relação a Região Turística Vale do Jari nos anos de 2010 a 2020.

Município	Laranjal do Jari	Amapá	%	Região Turística Vale do Jari	%
2010	79	4.524	1,7%	90	87,8%
2011	115	4.811	2,4%	119	96,6%
2012	155	5.193	3,0%	165	93,9%
2013	115	5.308	2,2%	122	94,3%
2014	110	5.534	2,0%	116	94,8%
2015	140	5.295	2,6%	145	96,6%
2016	89	4.985	1,8%	93	95,7%
2017	89	4.919	1,8%	92	96,7%
2018	75	4.966	1,5%	79	94,9%
2019	65	4.625	1,4%	65	100,0%
2020	58	3.982	1,5%	60	96,7%

Laranjal do Jari tem papel fundamental na região turística do Vale do Jari, visto que a geração de emprego tem a média de 90% em praticamente todos os anos. Isto demonstra a sua relevância na região e contribui para a geração de empregos em relação ao Estado do Amapá, como visto na tabela 14.





Tabela 15: Percentual de participação do número de estabelecimentos nas Atividades Características do Turismo – ACTs no município de Vitória do Jari em relação ao estado do Amapá, e em Relação a Região Turística do Vale do Jari nos anos de nos anos de 2010 a 2020.

Município	Vitoria do Jari	Amapá	%	Região Turística Vale do Jari	%
2010	3	434	0,7%	15	20,0%
2011	0	496	0,0%	18	0,0%
2012	3	539	0,6%	24	12,5%
2013	3	582	0,5%	25	12,0%
2014	3	642	0,5%	28	10,7%
2015	3	635	0,5%	30	10,0%
2016	3	630	0,5%	29	10,3%
2017	2	604	0,3%	22	9,1%
2018	2	624	0,3%	20	10,0%
2019	1	569	0,2%	13	7,7%
2020	2	546	0,4%	15	13,3%

Vitória do Jari tem participação discreta quando se trata do número de estabelecimentos nas ACTs, e contribui ricamente com a região turística do Vale do Jari, conforme aponta a tabela 15. A criação de empreendimentos em Vitória do Jari manteve um crescimento de 2010 à 2016, ocorrendo um decréscimo exponencial no anos seguintes, sendo mais afetado nos anos de 2019 e 2020, causado pela pandemias.





Tabela 16: Percentual de participação do número de empregos nas Atividades Características do Turismo – ACTs no município de Vitória do Jari em relação ao estado do Amapá, e em relação a Região Turística do Vale do Jari nos anos de 2010 a 2020.

Município	Vitoria do Jari	Amapá	%	Região Turística Vale do Jari	%
2010	11	4.524	0,2%	90	12,2%
2011	4	4.811	0,1%	119	3,4%
2012	10	5.193	0,2%	165	6,1%
2013	7	5.308	0,1%	122	5,7%
2014	6	5.534	0,1%	116	5,2%
2015	5	5.295	0,1%	145	3,4%
2016	4	4.985	0,1%	93	4,3%
2017	3	4.919	0,1%	92	3,3%
2018	4	4.966	0,1%	79	5,1%
2019	0	4.625	0,0%	65	0,0%
2020	2	3.982	0,1%	60	3,3%

A criação de empregos em Vitória do Jari nas Atividades Características do Turismo, impulsionam e complementam o setor na região do Vale do Jari, pois, contribui com o crescimento econômico da região, oportunizando profissionais a atuarem no setor importante para o Estado do Amapá.





10 DADOS DO SETOR HOTELEIRO DA REGIÃO TURÍSTICA VALE DO JARI

Os dados hoteleiros apresentados a seguir trazem as informações colhidas junto aos gestores dos hotéis e pousadas da região, possibilitando obter o perfil dos meios de hospedagem, assim com dados relacionados a:

- Meios de hospedagem que possuem ou não CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- Tempo de Atividade dos Meios de Hospedagem;
- Número total de empregados que trabalham nos Meios de Hospedagem visitados;
- Situação dos Meios de Hospedagem cadastrados no CADASTUR;
- Tipos de Meios de Hospedagem;
- Número total de UH's (quartos, apartamentos);
- · Leitos:
- Número de UH's adaptadas para Pessoa com Deficiência (PcD);
- Atendimento ao público em língua estrangeira;
- Taxa de ocupação durante o ano (%);
- · Meses de alta temporada;
- Origem dos visitantes do estado do Amapá;
- Origem dos visitantes nacionais;
- Origem dos visitantes Internacionais;
- Gênero do visitante:
- Média de dias hospedados;
- Média de valor da hospedagem.

As informações do setor hoteleiro de Laranjal do Jari refletem a sua capacidade de atendimento, oportunizando conhecer a origem de seus hóspedes, assim como o tempo de permanência e gênero.





10.1 Dados do Setor Hoteleiro do Município de Laranjal do Jari

Tabela 17: Meios de hospedagem que possuem ou não CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica)

	Frequência	%
Possuem CNPJ	6	66,66%
Não Possui CNPJ	3	33,33%
Total	9	100,00%

Fonte: do autor (2022).

A tabela 17 demonstra que existem um número considerável de hotéis e pousadas que são regularizados, com um percentual de 66,56%, sendo estes um número maior que os não formalizados.

Tabela 18: Tempo de Atividade dos Meios de Hospedagem

	Frequência	%
Até 2 anos	2	22,22%
De 10 anos até 20 anos	5	55,56%
Acima de 20 anos	2	22,22%
Total	9	100,00%

Fonte: do autor (2022).

O tempo de atividade dos meios de hospedagem é algo relevante no município de Laranjal do Jari, pois existem apenas dois hotéis/pousadas com até dois anos de existência, e a grande maioria possui mais de 10 anos de atuação no mercado.





Tabela 19: Número total de empregados que trabalham nos Meios de Hospedagem visitados

	Frequência	%
Até uma pessoa	3	33,33%
De 02 a 04 pessoas	3	33,33%
De 05 a 06 pessoas	2	22,22%
De 07 a 08 pessoas	1	11,11%
Total	9	100,00%
Média	3,44	

Os dados apresentados na tabela 19 apontam que por mais que tenham um número importante de hotéis/pousadas no município de Laranjal do Jari, ainda é incipiente a geração de emprego no setor, mas importante por ser mais que contribui com a empregabilidade do município.

Tabela 20: Meios de hospedagem que possuem ou não CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica)

	Frequência	%
Sim	6	66,66%
Não	3	33,33%
Total	9	100,00%

Fonte: do autor (2022).

A tabela 20 aponta que os hotéis/pousadas em sua maioria apresentam o Cadastur, isso é necessário porque eles são obrigatórios junto ao Ministério do Turismo.





Tabela 21: Possuem ou não possuem WhatsApp

	Frequência	%
Sim	9	100,00%
Não	0	0,00%
Total	9	100,00%

No mundo contemporâneo é essencial a utilização do WhatsApp, e os hotéis/pousadas de Laranjal do Jari estão se adequando às mudanças tecnológicas.

Tabela 22: Tipos de Meios de Hospedagem

	Frequência	%
Hotel	5	55,56%
Pousada	4	44,44%
Total	9	100,00%

Fonte: do autor (2022).

Os tipos de meios de hospedagem de Laranjal do Jari são apontados na tabela 22, e indica que o número de hotéis são a maioria dos meios de hospedagem no município com 55,56%.





Tabela 23: Número total de UH's (quartos, apartamentos)

	Frequência	%
Até 5 UH´S	1	11,11%
De 6 a 10 UH´s	2	22,22%
De 11 a 20 UH's	2	22,22%
De 21 a 30 Uh's	3	33,33%
De 31 a 60 UH's	1	11,11%
Total	9	100,00%
Total de UH´s	194	

Na tabela 23, os números de unidades habitacionais refletem um certo equilíbrio em relação aos hotéis/pousadas pesquisados, sendo o número maior em aos meios de hospedagem que possuem de 21 a 30 unidades habitacionais

Tabela 24: Número total de Leitos

	Frequência	%
Até 20 leitos	1	11,11%
De 21 a 40 leitos	5	55,56%
De 41 a 60 leitos	1	11,11%
De 61 a 80 leitos	1	11,11%
De 81 a 100 leitos	0	0,00%
Mais de 100 leitos	1	11,11%
Total	9	100,00%
Total de UH's	496	

Fonte: do autor (2022).





O número total de leitos é apresentado na tabela 24 e aponta que existe uma concentração considerável em hotéis/pousadas que possuem de 21 a 40 leitos em Laranjal do Jari

Tabela 25: Número de UH's adaptadas para Pessoa com Deficiência (PcD)

	Frequência	%
Nenhuma UH adaptada	8	88,89%
Até duas UH´s adaptada	1	11,11%
Total	9	100,00%

Fonte: do autor (2022).

Na tabela 25, demonstra que apenas 1 hotel/pousada disponibiliza unidade habitacional para pessoas com deficiência.

Tabela 26: Atendimento ao público em língua estrangeira

	Frequência	%
Não	9	100,00%
Sim	0	0,00%
Total	9	100,00%

Fonte: do autor (2022).

Os hotéis/pousadas pesquisados apresentam que em relação ao atendimento ao público em outro idioma, nenhum possui profissional especializado.





Tabela 27: Taxa de ocupação durante o ano 2021 (%)

	Frequência	%
Até 20%	2	22,2%
De 21% a 50%	3	33,3%
De 51% a 80%	4	44,4%
Total	9	100,0%
Taxa de ocupação média	51,111%	

A taxa de ocupação durante o ano de 2021 segundo os gestores dos hotéis/pousadas, demonstram que ainda em meio a pandemia, os pesquisados tiveram de 22,2% a 44,4% de ocupação em média.

Tabela 28: Taxa de ocupação em alta temporada 2021 (%)

	Frequência	%
Até 20%	2	22,2%
De 21% a 50%	2	22,2%
De 51% a 80%	5	55,6%
Total	9	100,0%
Taxa de ocupação média alta	a temporada	54,444%

Fonte: do autor (2022).

Na alta temporada (mês de julho) houve um pequeno aumento de ocupação, alcançado até 55,6% das unidades habitacionais de Laranjal do Jari.





Tabela 29: Origem dos visitantes do estado do Amapá

	Frequência	%
Macapá	9	100,0%
Santana	2	22,2%
Pedra Branca	1	11,1%
Amapá	1	11,1%
Calçoene	1	11,1%
Oiapoque	1	11,1%

As origens dos visitantes são apresentadas na tabela 29, e conforme demonstrado, todos os hotéis/pousadas receberam em sua maioria hóspedes da cidade de Macapá.





Tabela 30: Origem dos visitantes nacionais

	Frequência	%
Pará	9	100%
São Paulo	4	44%
Rio de Janeiro	2	22%
Rio Grande do Sul	1	11%
Pernambuco	1	11%
Bahia	1	11%
Ceará	1	11%
Minas Gerais	1	11%
Goiás	1	11%
Distrito Federal	1	11%
Piauí	1	11%
Amazonas	1	11%

A tabela 30 apresenta que todos os hotéis/pousadas receberam em 2021 hóspedes do Estado do Pará, sendo este o que mais se fez presente nos meios de hospedagem de Laranjal do Jari.



Tabela 31: Origem dos visitantes internacionais

	Frequência	%
Não informado	4	44%
Guiana Francesa	3	33%
Estados Unidos	1	11%
Cuba	1	11%
Japão	1	11%
Alemanha	1	11%

A tabela 30 apresenta que todos os hotéis/pousadas receberam em 2021 hóspedes do Estado do Pará, sendo este o que mais se fez presente nos meios de hospedagem de Laranjal do Jari.

Tabela 32: Gênero do Visitante

	%
Masculino	67,00%
Feminino	33,00%
Total	100,00%

Fonte: do autor (2022).

O gênero dos visitantes que se hospedam em Laranjal do Jari é maior em relação ao masculino, com cerca de 67% como apresentado na tabela 32.



Tabela 33: Média de dias hospedados

3,2	dias
-----	------

Tabela 34: Média de valor da hospedagem

Individual	Duplo	Triplo
R\$ 70,56	R\$ 92,78	R\$ 122,22

Fonte: do autor (2022).

Os valores médios das unidades habitacionais do município de Laranjal do Jari são demonstrados na tabela 34, apontado quanto custa as unidades individuais, duplas e triplas.





10.2 Dados do Setor Hoteleiro do Município de Vitória do Jari

Tabela 35: Meios de hospedagem que possuem ou não CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica)

	Frequência	%
Possuem CNPJ	3	100,00%
Não Possui CNPJ	0	0,00%
Total	3	100,00%

Fonte: do autor (2022).

A tabela 35 aponta que todos os hotéis e pousadas são regularizados e formalizados com um percentual de 100%.

Tabela 36: Tempo de Atividade dos Meios de Hospedagem

	Frequência	%
Até 2 anos	1	33,33%
15 anos	1	33,33%
20 anos	1	33,33%
Total	3	100,00%

Fonte: do autor (2022).

O tempo de atividade dos meios de hospedagem é algo relevante no município de Laranjal do Jari, sendo que apenas um tem menos de dois anos, e os outros dois possuem mais de 15 anos de atuação no mercado.





Tabela 37: Número total de empregados que trabalham nos Meios de Hospedagem visitados

	Frequência	%
1 pessoa	3	100,00%
Nenhuma pessoa	0	0,00%
Total	3	100,00%

Os dados apresentados na tabela 37 apontam que por mais que tenham um número importante de hotéis/pousadas no município de Laranjal do Jari, ainda é incipiente a geração de emprego no setor, mas importante por ser mais um segmento que contribui com a empregabilidade do município.

Tabela 38: Situação dos Meios de Hospedagem cadastrados no CADASTUR - Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos

	Frequência	%
Sim	0	00,00%
Não	3	100,00%
Total	3	100,00%

Fonte: do autor (2022).

A tabela 38 aponta que os hotéis/pousadas que nenhum dos hotéis/pousadas possuem o Cadastur, mesmo todos sendo regularizados.

Tabela 39: Possuem ou não possuem WhatsApp

	Frequência	%
Sim	3	100,00%
Não	0	0,00%
Total	3	100,00%

Fonte: do autor (2022).





No mundo contemporâneo é essencial a utilização do WhatsApp, e os hotéis/pousadas de Vitória do Jari estão se adequando às mudanças tecnológicas.

Tabela 40: Tipos de Meios de Hospedagem

	Frequência	%
Hotel	3	100,00%
Total	3	100,00%

Fonte: do autor (2022).

Os tipos de meios de hospedagem de Vitória do Jari são apontados na tabela 40, e indica que a representação de hotéis é 100%.

Tabela 41: Número total de UH's (quartos, apartamentos)

	Frequência	%
7 UH´s	1	33,33%
8 UH's	1	33,33%
14 UH's	1	33,33%
Total	3	100,0%
Total de UH´S	29	

Fonte: do autor (2022).

Na tabela 41, os números de unidades habitacionais são diferentes, e cada um possui um número específico, com hotéis apresentados de 7UHs à 14UHs.





Tabela 42: Leitos

	Frequência	%
20 leitos	1	33,33%
21 leitos	1	33,33%
24 leitos	1	33,33%
Total	3	100,0%
Total de Leitos	65	

O número total de leitos é apresentado na tabela 42 e aponta que existe uma concentração considerável nos hotéis, possuindo de 20 a 24 leitos em Vitória do Jari.

Tabela 43: Número de UH's adaptadas para Pessoa com Deficiência (PcD)

	Frequência	%
Nenhuma UH adaptada	3	100,00%
Total	3	100,00%

Fonte: do autor (2022).

Na tabela 43, demonstra que nenhum dos hotéis possui unidade habitacional adaptada para portadores de deficiência.

Tabela 44: Atendimento ao público em língua estrangeira

	Frequência	%
Não	3	100,00%
Sim	0	0,00%
Total	3	100,00%

Fonte: do autor (2022).





Os hotéis de Vitória do Jari em relação a atendimento ao público em outro idioma, nenhum possui profissional especializado.

Tabela 45: Taxa de ocupação durante o ano (%)

	Frequência	%
Até 20%	1	33,33%
De 21% a 30%	1	33,33%
De 31% a 40%	1	33,33%
Total	3	100,0%
Taxa de ocupação média	30,0%	

Fonte: do autor (2022).

A taxa de ocupação durante o ano de 2021 segundo os gestores dos hotéis, demonstram que ainda em meio a pandemia, tiveram uma ocupação média de 33,3% de ocupação em média.

Tabela 46: Taxa de ocupação em alta temporada (%)

	Frequência	%
Até 20%	1	33,33%
De 21% a 30%	1	33,33%
De 31% a 40%	1	33,33%
Total	3	100,0%
Taxa de ocupação média	30,0%	

Fonte: do autor (2022).

Na alta temporada (mês de julho) a ocupação se manteve, não havendo alteração em relação à média anual com 33,3% no município de Vitória do Jari.





Tabela 47: Origem dos visitantes do estado do Amapá

	Frequência	%
Macapá	3	100%
Santana	1	33%

As origens dos visitantes são apresentadas na tabela 47, e conforme demonstrado, todos os hotéis receberam em sua maioria hóspedes da cidade de Macapá e Santana. Os 3 hotéis receberam visitantes de Macapá e 1 recebeu de Santana.

Tabela 48: Origem dos visitantes nacionais

	Frequência	%
Pará	3	100%
São Paulo	2	67%
Rio de Janeiro	2	67%
Minas Gerais	1	33%
Pernambuco	1	33%
Bahia	1	33%

A tabela 48 apresenta que todos os hotéis receberam em 2021 hóspedes do Estado do Pará, seguido por visitantes de São Paulo e Rio de Janeiro. Sendo estes os que mais se fez presente nos meios de hospedagem de Vitória do Jari.



Tabela 49: Origem dos visitantes internacionais

	Frequência	%
Venezuela	1	50%
Não informado	2	100%

Fonte: do autor (2022).

A origem dos visitantes internacionais que se hospedam nos hotéis de Vitória do Jari foi informada por apenas um hotel sendo hóspedes da Venezuela, conforme demonstrado na tabela 49.

Tabela 50: Gênero do Visitante

	%
Masculino	67,00%
Feminino	33,00%
Total	100,00%

Fonte: do autor (2022).

O gênero dos visitantes que se hospedam em Vitória do Jari é maior em relação ao masculino, com cerca de 67% como apresentado na tabela 50.





Tabela 51: Média de dias hospedados

2 dias

Fonte: do autor (2022).

A média de dias que os visitantes permanecem nos hotéis em Vitória do Jari são de 2 dias como apresentado na tabela 51.

Tabela 52: Média de valor da hospedagem

Individual	Duplo	Triplo
R\$ 76,66	R\$ 90,00	R\$ 126,67

Fonte: do autor (2022).

Os valores médios das unidades habitacionais do município de Vitória do Jari são demonstrados na tabela 52, apontando quanto custa as unidades individuais, duplas e triplas.





A REGIÃO TURÍSTICA DO VALE DO JARI EM RELAÇÃO AOS MEIOS DE HOSPEDAGEM

Tabela 53: Total do número de Unidades Habitacionais e Leitos da Região do Vale do Jari.

	Laranjal do Jari	Vitória do Jari	Total
Quantidade	9	3	12
Total de UHs	194	29	259
Total de leitos	496	65	525

A região turística do Vale do Jari possui um número considerável em relação aos seus números de unidades habitacionais e leitos, conforme apresentado na tabela 53. Isso demonstra a importância do setor para o turismo e seus respectivos municípios, pois, propicia à região gerar emprego e renda, além de ter uma atuação significativa no município em hospedar seus visitantes ofertando 259 unidades habitacionais e 525 leitos.

Tabela 54: Meios de hospedagem que possuem ou não CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica)

	Frequência				
	Laranjal do Jari	Vitória do Jari	Total da Região	%	
Possuem CNPJ	4	3	7	58,33%	
Não Possui CNPJ	5	0	5	41,67%	
Total	9	3	12	100,00%	

Fonte: do autor (2022).





Verifica-se que na região turística Vale do Jari foram identificados 12 meios de hospedagem, sendo que 41,67% dos meios de hospedagem da região não possuem o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Em Vitória do Jari 100% dos meios de hospedagem possuem o CNPJ, em Laranjal do Jari 55,6% dos empreendimentos não o possuem, o que representa 5 dos 9 meios de hospedagem do município.

Tabela 55: Total de pessoas que trabalham no meio de hospedagem

	Frequência				
	Laranjal do Jari	Vitoria do Jari	Total da Região	%	
Até uma pessoa	3	3	6	50,00%	
De 02 a 04 pessoas	3	0	3	25,00%	
De 05 a 06 pessoas	2	0	2	16,67%	
De 07 a 08 pessoas	1	0	1	8,33%	
Total	9	3	12	100,00%	

Fonte: do autor (2022).

Verifica-se que em todos os estabelecimentos visitados em 50% deles havia ao menos um empregado, e que em 25% haviam de 2 a 4 pessoas empregadas, e em 25% haviam de 05 a 08 pessoas empregadas. Os meios de hospedagem de Laranjal do Jari, são os que empregam um maior número de pessoas em comparação com o município de Vitória do Jari. No momento da coleta de dados havia 34 pessoas empregadas nos Meios de Hospedagem da Região Turística do Vale do Jari. Sendo 31 pessoas ocupadas em Laranjal do Jari, e 3 pessoas ocupadas em Vitória do Jari.

É importante destacar que é em Laranjal do Jari que existe uma concentração maior de meios de hospedagem. O número máximo de empregados foi de 8 pessoas, registrado em Laranjal do Jari, e o mínimo foi 1 empregado por estabelecimento, que foi registrado em 2 empreendimentos dos dois municípios da Região Turística.





Tabela 56: Situação dos meios de hospedagem

	Frequência				
	Laranjal do Jari	Vitoria do Jari	Total da Região	%	
Sim	6	0	6	50,00%	
Não	3	3	6	50,00%	
Total	9	3	12	100,00%	

Verifica-se na região turística Vale do Jari um percentual de 50% de meios de hospedagem cadastradas no Cadastur, metade dos 12 dos meios de hospedagem da região não possuem o cadastro do Ministério do Turismo, mesmo ele sendo um cadastro obrigatório para meios de hospedagem. Em Vitória do Jari não existe nenhum empreendimento com Registro Cadastur, em Laranjal do Jari apenas 3 de 6 empreendimentos possuem o cadastro.

Tabela 57: Taxa de ocupação durante o ano

	Frequência				
	Laranjal do Jari	Vitória do Jari	Total da Região	%	
Até 20%	2	1	3	25,00%	
De 21% a 50%	3	2	5	41,67%	
De 51% a 80%	4	0	4	33,33%	
Total	9	3	12	100,00%	
Taxa de ocupação média			45,8	3%	

Fonte: do autor (2022).

Verifica-se na região turística Vale do Jari que a Taxa de Ocupação Média durante o ano é de 45,83%. Em Laranjal do Jari a Taxa de Ocupação Máxima fica entre 51% e 80%, em Vitória do Jari a Taxa de Ocupação máxima não é superior a 50%.





Tabela 58: Taxa de ocupação em alta temporada

	Frequência				
	Laranjal do Jari	Vitória do Jari	Total da Região	%	
Até 20%	2	1	3	25,00%	
De 21% a 50%	2	2	4	33,33%	
De 51% a 80%	5	0	5	41,67%	
Total	9	3	12	100,00%	
Taxa de ocupação média			48	8,33%	

Fonte: do autor (2022).

Verifica-se na região turística Vale do Jari que a Taxa de Ocupação Média durante a Alta Temporada é de 48,33%. Em 41,67% dos meios de hospedagem da Região durante a Alta Temporada a Taxa de Ocupação Varia de 51% a 80%, contudo esse fato é observado em apenas Laranjal do Jari, uma vez que mesmo em Alta Temporada a Taxa de Ocupação em Vitória do Jari é superior a 50%.

Tabela 59: Origem dos visitantes do estado do Amapá

	Frequência				
	Laranjal do Jari	Vitória do Jari	Total da Região	%	
Macapá	9	3	12	100,00%	
Santana	2	1	3	25,00%	
Pedra Branca	1	-	1	8,33%	
Amapá	1	-	1	8,33%	
Calçoene	1	-	1	8,33%	
Oiapoque	1	-	1	8,33%	

Fonte: do autor (2022).





Verifica-se na região turística Vale do Jari, que a maioria dos visitantes do Estado do Amapá são de Macapá, capital do Estado, e também é a cidade mais populosa, e depois a maioria dos visitantes são de Santana. A cidade que mais recebe visitantes é Laranjal do Jari, que recebe turistas das cidades de Pedra Branca, Amapá, Calçoene e Oiapoque. Em Vitória do Jari, os visitantes são de Macapá ou de Santana conforme a resposta do entrevistado.

Tabela 60: Origem dos visitantes nacionais

	Frequência				
	Laranjal do Jari	Vitória do Jari	Total da Região	%	
Pará	9	3	12	100,00%	
São Paulo	4	2	6	50,00%	
Rio de Janeiro	2	2	4	33,33%	
Rio Grande do Sul	1	-	1	8,33%	
Pernambuco	1	1	2	16,67%	
Bahia	1	1	2	16,67%	
Ceará	1	-	1	8,33%	
Minas Gerais	1	1	2	16,67%	
Goiás	1	-	1	8,33%	
Distrito Federal	1	-	1	8,33%	
Piauí	1	-	1	8,33%	
Amazonas	1	-	1	8,33%	

Fonte: do autor (2022).

Verifica-se na região turística Vale do Jari, que a maioria dos visitantes da Federação são do Pará, estado vizinho, e em seguida de São Paulo e Rio de Janeiro, estes dois últimos localizados na Região Sudeste, uma das Região que mais emitem Turistas para o Restante do País, conforme resultado da PNAD Contínua Turismo – 3º trimestre de 2019, realizada pelo IBGE, em convênio com o Ministério do Turismo. A cidade que mais recebe visitantes de outros estados é Laranjal do Jari.





Tabela 61: Origem dos visitantes internacionais

	Frequência				
	Laranjal do Jari	Vitória do Jari	Total da Região	%	
Não informado	4	2	6	50,00%	
Guiana Francesa	3	-	3	25,00%	
Estados Unidos	1	-	1	8,33%	
Cuba	1	-	1	8,33%	
Japão	1	-	1	8,33%	
Alemanha	1	-	1	8,33%	
Venezuela	-	1	1	8,33%	

Verifica-se na região turística Vale do Jari, que a maioria dos visitantes internacionais são da Guiana Francesa. A Região recebe poucos visitantes do Restante do Globo, em Vitória do Jari apenas 1 hotel informou que recebe Turistas Internacionais, em Laranjal do Jari 4 dos 9 meios de hospedagem não informou se recebe ou não turistas de outra parte do Globo.

Tabela 62: Gênero dos visitantes

	Frequência		
	Laranjal do Jari	Vitória do Jari	Região Vale do Jari
Masculino	67%	67%	67%
Feminino	33%	33%	33%
Total	100%	100%	100%

Fonte: do autor (2022).





Verifica-se na região turística Vale do Jari, que a maioria dos visitantes são do gênero Masculino, em média 67% são homens, e apenas 33% são mulheres.

Tabela 63: Média dos dias hospedados

Laranjal do Jari	Vitória do Jari	Média da região
3,2 noites	3 noites	3,17 noites

Fonte: do autor (2022).

Verifica-se na região turística Vale do Jari a média de dias hospedados é de 3,17 noites. Não há praticamente nenhuma diferença entre os dois municípios.

Tabela 64: Média de valor da hospedagem

	Individual	Duplo	Triplo
Laranjal do Jari	R\$ 70,56	R\$ 92,78	R\$ 122,22
Vitória do Jari	R\$ 76,66	R\$ 90,00	R\$ 126,67
Média da Região	R\$ 72,08	R\$ 92,08	R\$ 123,33

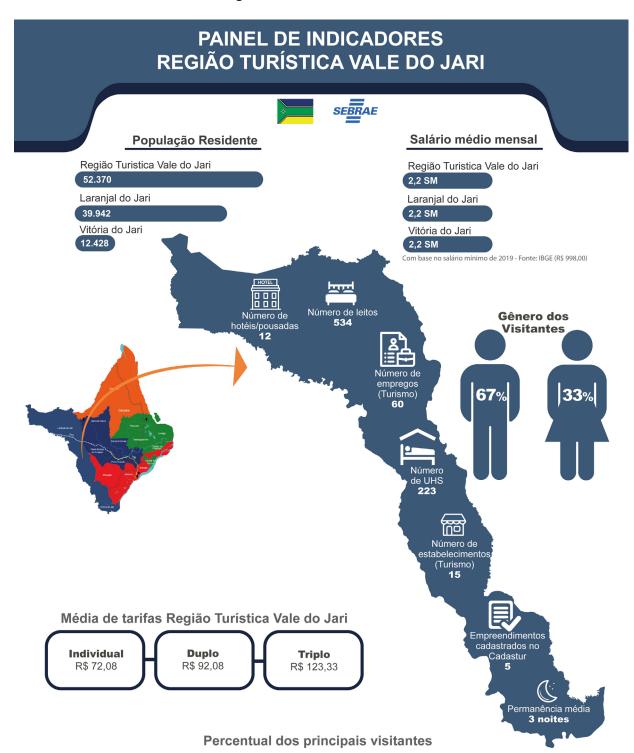
Fonte: do autor (2022).

Verifica-se na região turística Vale do Jari que o valor médio da Hospedagem para quarto Individual é de R\$72,08, o preço médio do Duplo é de R\$92,08, e do Triplo o preço médio é R\$123,33. O Valor máximo do quarto individual foi Registrado em Laranjal do Jari, sendo esse valor de R\$120, o valor máximo do quarto individual em Laranjal do Jari foi de R\$90 reais.





Figura 7: Painel de Indicadores da Região Turística Vale do Jari



Estado do Amapá

LStado do Amapa		
Cidade	%	
Macapá	100%	
Santana	25%	
Pedra Branca	8,33%	

Nacional

Cidade	%
Pará	100%
São Paulo	50
Rio de Janeiro	33%

Internacional

Cidade	%
Guiana Francesa	25%
Estados Unidos	8,33%
Cuba	8,33%

Fonte: IBGE, RAIS, CADASTUR, AUTOR



CONSIDERAÇÕES

O Turismo é uma atividade transformadora, impactando na economia, no meio ambiente, nas comunidades locais e nos próprios turistas. Assim, ele é um fenômeno que, assim como qualquer outro, precisa ser investigado e planejado para alcançar melhores resultados econômicos e sociais, reduzindo seus impactos negativos. O planejamento da atividade turística se inicia com o levantamento de informações. Para isso, a realização de pesquisas, estudos e análise de dados podem ajudar nessa tarefa.

Somente com informações suficientes e adequadas que se consegue gerar estatísticas confiáveis sobre o Turismo. As informações coletadas podem auxiliar em diversas atividades, tais como orientar no planejamento turístico, auxiliar em futuros investimentos, conhecer o público consumidor (visitantes) e, principalmente, melhorar a prestação de serviços para que seu cliente esteja sempre satisfeito. Com isso, será possível avaliar os diferentes aspectos do turismo, dando suporte à tomada de decisão e a efetiva criação de políticas para o setor.

O objetivo deste relatório é informar de forma simples sobre os principais dados turísticos do Estado do Amapá, em específico sobre a Região Turística do Vale do Jari. O importante compreender que estes dados foram coletados sob criterioso método, autenticando a veracidade e qualidade do material aqui apresentado.





REFERÊNCIAS

ACERENZA, Miguel Angel. **Administración del Turismo**: planificación y direción. 2 ed. México: Trilhas, 1987.

ANJOS, F. A. Processo de Planejamento e Gestão de Territórios Turísticos: uma proposta sistêmica: 2004. 256 p. Tese (doutorado em Engenharia de Produção). UFSC.Santa Catarina.

BRANCO, S. M. Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. São Paulo: Edgar Bluchs Ltda, 1989.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Diretrizes Políticas**. Brasília, 2004a.

CHELALA, Charles A. **A magnitude do estado da socioeconomia amapaense**. Rio de Janeiro: Publit, 2008).

CONCEIÇÃO, Cálidon. C. Fortaleza de São José de Macapá – AP: Estudo de caso do uso dos espaços e sua valorização histórico, cultural, patrimonial e turístico. **Seminário Internacional de Turismo**. Curitiba: Positivo, 2008.

DIAS, Paulo. História do Amapá: O passado é o espelho do presente. Macapá – AP: JM, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26, Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MORAIS, Paulo Dias; ROSARIO, Ivonete. Amapá: de Capitania a Território. Amapá: JM, 2009.

NUNES FILHO, Edinaldo, P. Formação histórica, econômica, social, política e cultura do Amapá: descrição e análise do processo de formação histórica do Amapá. In RODRIGUES, R; OLIVEIRA, A (org). Amazônia: Escritos de História. Belém: Pakatú, p. 211/234. 2009.

PORTO, Jadson Luís Rebele. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais** -1943 – 2000. 2 ed. Macapá: Edição autor, 2007.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo 1943-1970**. Macapá: Grafinorte Ind. e Comércio, 1994.





BRASIL. Patrícia A. Morita Sakowski. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Aspectos Metodológicos do Sistema Integrado de Informações Sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18634:td-1842-aspectos-metodologicos-do-sistema-integrado-de-informaco-es-sobre-o-mercado-de-trabalho-no-setor-turismo&catid=337:2013&directory=1. Acesso em: 23 mar. 2022.

BRASIL. Cidades. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022.

BRASIL. RAIS Relação Anual de Informações Sociais. Emprego Formal ano Base 2021. Ministério do Trabalho e Previdência. 2021. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/. > Acesso março de 2022.

MORAIS, D.P.; MORAIS, J.D. **O Amapá em Perspectiva: Geografia do Amapá**. Macapá: Ed. JM, 2009. 80p.

PALOMA GUITARRARA. Mundo Educação Uol. Amapá. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/amapa.htm#:~:text=O%20Amap%C3%A1%20%C3%A9%20um%20dos,e%20algumas%20%C3%A1reas%20de%20cerrado. Acesso em: 24 mar. 2022.

Lei nº11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e Estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010 Acesso em: 27 mar 2019.

Brasil. Cadastur. Disponível em: https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/resultados. Acessado em 08 de fev. 2022.

SAKOWSKI, Patrícia A. Morita. **Aspectos metodológicos do sistema integrado de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo**. Texto para Discussão, 2013.

SILVA, J.M. **A** cidade de **O**iapoque e as relações transacionais na fronteira – Amapá- -Guiana-Francesa. História Revista. 10 (2): 273-298. 2005

TAVARES, João Paulo Nardin. **Características da climatologia de Macapá-AP**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 15, n. 50, p. 138-151, 2014.



